

Sindicato dos Professores da Região Centro

Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@mail.telepac.pt
http://www.sprc.pt

Ficha Técnica

Região Centro Informação

Registo de Propriedade n.º 217964

Propriedade do

Sindicato dos Professores da Região Centro

Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21

Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra

Director — Mário Nogueira

Chefe de Redacção — Luís Lobo

Conselho de Redacção:

Adelino Lopes, Anabela Sotaia, Ema Correia, Francisco

Almeida, Paula Almeida, Paulo Santos, Vítor Januário

Grafismo e Ilustração — Tiago Madeira

Composição e Paginação — SPRC

Periodicidade — Mensal

Tiragem — 15000 exemplares

Impressão — NAVEPRINTER

Indústria Gráfica do Norte, Lda

EN 14 — Lugar da Pinta — Maia

Embalagem e Expedição — AP Embaladora

Redacção e Administração — Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21

Fotografias — Arquivo SPRC,

Cadernos Pedagógicos — Coordenação de Margarida Fonseca

Registo de Publicação n.º 117965

Depósito Legal n.º 228/84

EXECUTIVOS DISTRITAIS

Aveiro

Rua de Angola, 42 - B

Urbanização Força Vouga • 3800-008 Aveiro

Telef.: 234 420 775

FAX: 234 424 165

E-Mail: sprcaveiro@mail.telepac.pt

Castelo Branco

R. João Alves da Silva, 3 - 1.º Dt.º

6200-118 Covilhã

Telef.: 275 322 387

FAX: 275 313 018

E-Mail: sprcedcb@mail.telepac.pt

Coimbra

Praça da República, 28 — 1.º

Apartado 1020

3001-552 Coimbra

Telef.: 239 851 660

FAX: 239 851 668

E-Mail: sprccoimbra@mail.telepac.pt

Guarda

Lg. General Humberto Delgado, 2 — 1.º Dt.º

6300-712 Guarda

Telef.: 271 213 801

FAX: 271 223 041

E-Mail: sprcguarda@mail.telepac.pt

Leiria

R. Comandante João Belo, 9 — 1.º Frente

Apartado 1074

2400-159 Leiria

Telef.: 244 815 702

FAX: 244 812 126

E-Mail: sprcleiria@mail.telepac.pt

Viseu

Av Alberto Sampaio, 39 — 1.º

Apartado 2214

3510-030 Viseu

Telef.: 232 420 320

FAX: 232 431 138

E-Mail: sprcviseu@mail.telepac.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco

R. Pedro Fonseca, 10 — L

6000-257 Castelo Branco

Telef.: 272 343 224

FAX: 272 322 077

Figueira da Foz

R. Calouste Gulbenkian, 62 - r/c Esq.º

3080-084 Figueira da Foz

Telef.: 233 424 005

Douro Sul

Av. 5 de Outubro, 75 — 1.º

Apartado 42

5100-065 Lamego

Telef.: 254 613 197

FAX: 254 656 457

Seia

Lg. Marques da Silva

Edifício Camelo, 2.º Esquerdo

6270-490 Seia

Telef.: 238 315 498

FAX: 238 315 498



**Sindicato dos Professores
da Região Centro**



ENSINAR É SUSCITAR O DIÁLOGO TODOS OS DIAS

A comemoração do Dia Mundial do Professor tem, este ano, no nosso país, um significado muito especial, dada a situação de grande instabilidade que os professores vivem.

Pág. 6

SISMO ORÇAMENTAL PREVISTO PARA 2003 SERÁ ARRASADOR PARA O EDIFÍCIO EDUCATIVO

Pág. 7

CORTES NA REORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

Pág. 9

A METÁFORA DA PALMATÓRIA

Pág. 12

CADERNOS PEDAGÓGICOS: AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR AVALIAR O QUÊ, COMO E PARA QUÊ?

Pág. 17

NÃO É TEMPO DE HESITAÇÕES! VAMOS APOIAR UMA VASTÍSSIMA ACÇÃO CÍVICA EM DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS

Pág. 25

CGTP-IN EXIGE QUE GOVERNO ESCLAREÇA SITUAÇÃO DO FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

Pág. 26

FÓRUM NACIONAL "POR UMA NOVA ESCOLA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO"

LISBOA, 8 DE NOVEMBRO'02 PROMOVIDO PELA FENPROF E PELA CONFAP

Pág. 28

MOÇÃO

Págs. 30

Alunos

Despacho Conjunto nº 764/2002 de 7 de Outubro - Ingresso no ensino superior em 2001-2002 - Alunos do Ensino Recorrente.

Decreto-lei nº 209/2002 de 17 de Outubro - Altera o artigo 13º e os anexos I, II, III do Decreto-lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro - Reorganização curricular do Ensino Básico.

Contagem tempo de serviço

Despacho nº 22243/2002 de 16 de Outubro - Listagem de cursos abrangidos pelo artigo 55º do Estatuto da Carreira Docente - Aditamento ao Despacho nº 243/ME/96.

Diversos

Decreto-lei nº 193/2002 de 25 de Setembro - Regime de colocação e afectação do pessoal integrado nos serviços e organismos que sejam objecto de extinção, fusão ou reestruturação.

Educação

Acórdão nº 345/2002 de 10 de Outubro - Inconstitucionalidade com força obrigatória geral, da norma contida na alínea a) do nº1 do artigo 22º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 139-A/90

de 28 de Abril.

Parecer nº 8/2002 de 17 de Outubro - Docente - Contrato administrativo de provimento - Férias - Subsídio de férias - Reposição de dinheiros públicos.

Educação Pré-escolar

Despacho Conjunto nº 765/2002 de 7 de Outubro - Modalidades de apoios financeiros - Educação Pré-Escolar.

Ensino Superior

Decreto-lei nº 205/2002 de 7 de Outubro - Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Resolução do Conselho de Ministros nº 116/2002 de 2 de Outubro - Aprovação de um conjunto de medidas para o desenvolvimento do Ensino Superior na área da saúde.

Formação

Despacho nº 22248/2002 de 16 de Outubro - Plano de acção para formação de activos desempregados com habilitação de nível superior ou intermediárias de formação das ciências sociais e humanas, ensino e artes.

PROFESSORES DE COLÉGIOS PRIVADOS COM SALÁRIOS EM ATRASO

Professores de colégios privados deixaram de receber o vencimento ou, pelo menos, as actualizações salariais previstas no contrato colectivo de trabalho.

Segundo as entidades patronais, tal situação dever-se-á ao facto do Ministério da Educação ter deixado de enviar para os colégios as verbas a que está obrigado, situação que o SPRC está a procurar esclarecer junto da DREC.

Quanto ao que se passa em cada colégio as situações são diversas, surgindo no topo do incumprimento

das suas obrigações patronais o colégio Pedro Teixeira, de Cantanhede, que segundo os professores aí em serviço há dois meses que não paga os vencimentos (Setembro e Outubro).

Seja quem for o responsável, o SPRC exige que o governo e as entidades patronais cumpram os seus compromissos e paguem aos docentes dos colégios privados os vencimentos ou as actualizações em atraso.

A Direcção

DOCENTES EQUIPARADOS DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO: DENÚNCIA E RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS.

Pergunta: Sou um docente do Ensino Superior Politécnico, equiparado a Professor Adjunto, e o meu contrato tem sido sucessivamente renovado, em consequência do que já lecciono há sete anos na minha Escola. Porém, o Conselho Científico não me distribuiu serviço docente para este ano lectivo, tendo sido verbalmente informado pelo Presidente do Conselho Directivo de que o meu contrato não iria ser renovado...

Que direitos tenho? A actuação dos órgãos da Escola é legal? Que posso eu fazer contra isto?

Resposta:

1. Os docentes equiparados do Ensino Superior Politécnico, a que alude o artigo 8.º do Dec.-Lei n.º 185/81, de 01 de Julho (Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico) são docentes especialmente contratados, não integrados na carreira, cujo vínculo laboral com a Administração é precário, estando por isso mesmo providos nas suas funções por contratos administrativos de provimento, sucessivamente renováveis, cuja denúncia pode ser feita sempre, “por qualquer das partes contratantes até trinta dias antes do termo do prazo do contrato” (artigo 14.º, al. a) do Dec.-Lei n.º 185/81, de 01 de Julho).

2. A actuação descrita do Presidente do Conselho Directivo configura-se como ilegal, não só quanto à forma, pois a denúncia do contrato deve ser transmitida à outra parte por escrito e, salvo

melhor opinião, deve ser fundamentada (é o que se conclui da conjugação do citado artigo 14.º, al. a) do Dec.-Lei n.º 185/81, de 01 de Julho, com o artigo 30.º, n.º 2 do Dec.-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, bem como dos artigos 124.º e 125.º do Código do Procedimento Administrativo), mas também quanto ao prazo em que devia ter sido exercida (pois, conforme já exposto, devia tê-lo sido até 30 dias antes do termo do prazo do contrato).

3. O docente poderá invocar esses vícios em procedimento administrativo (requerendo, reclamando e/ou recorrendo hierarquicamente ou mesmo contenciosamente), sendo, porém, certo que, mesmo que obtenha a revogação ou anulação da denúncia do seu contrato, tal não bastará para que consiga a renovação do mesmo, se o Conselho Científico, entretanto, mantiver a sua posição de não lhe distribuir serviço docente.

4. Na verdade, o n.º 2 do artigo 12.º do Dec.-Lei n.º 185/81, de 01 de Julho, determina que as renovações dos contratos administrativos de provimento do pessoal docente equiparado devem ser expressas e fundamentadas em deliberação favorável do Conselho Científico, o que quer dizer que o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico não admite as renovações tácitas destes contratos, ao contrário do que está previsto no artigo 36.º, n.º 2 do Estatuto da Carreira Docente Universitária, para os professores convidados.

5. Ou seja: a inércia dos Conselhos Científicos das Escolas dos Institutos Politécnicos pode conduzir, de facto, a uma denúncia tácita dos contratos dos respectivos docentes, ao contrário do que acontece no ECDU, onde o citado artigo 36.º, n.º 2, diz que “no caso de os contratos (...) não serem denunciados no prazo [até 30 dias antes do respectivo termo] (...) consideram-se os mesmos tacitamente renovados, pelo período respectivo, independentemente de qualquer formalidade”.

6. Impõe-se, com urgência, uma alteração legislativa do Dec.-Lei n.º 185/81, de 01 de Julho, por forma a conceder aos professores do Ensino Superior Politécnico os mesmos direitos e garantias que nesta matéria assistem

aos docentes da Universidade.

7. Até lá é desejável que se travem as batalhas jurídicas (incluindo nos Tribunais) que sejam possíveis, em defesa dos docentes do Ensino Superior Politécnico que sejam objecto de actuações como a descrita na pergunta colocada, para o que, aliás, se podem e devem invocar alguns argumentos com não desprezível importância no plano legal.

Porém, enquanto se mantiver o regime jurídico presentemente em vigor nesta matéria, os resultados dessas lides serão sempre muito duvidosos, sendo que só a introdução no mesmo regime de um normativo idêntico ao do artigo 36.º, n.º 2 do ECDU poderá trazer aos docentes do Ensino Superior Politécnico uma efectiva garantia contra as decisões arbitrárias e os abusos que nesta matéria têm sido praticados e que são de todos sobejamente conhecidos.

Consultor Jurídico
Carlos Fraião



A INSTABILIDADE VAI CHEGAR A TODOS OS PORTUGUESES PROFESSORES EM CARAVANA

■ Chegados a Novembro acentuam-se os sintomas de instabilidade entre a classe docente. Um sentimento que resulta essencialmente de dois aspectos: a contabilidade dos números, o discurso do Governo e do Ministério da Educação.

A crua realidade dos números

Tendo em conta os números oficiais que são impossíveis de mascarar, apesar de normalmente pecarem por defeito, em Portugal 50 000 professores e educadores são contratados a prazo ou estão no desemprego. Um número elevadíssimo, se tivermos em conta que representam cerca de 33% do total dos docentes no activo, incluindo o ensino superior.

Uma situação verdadeiramente calamitosa, se tivermos em conta que o país apresenta uma das maiores taxas de analfabetismo da União Europeia e que, relativamente ao mesmo universo, está no topo dos países com maior abandono escolar no ensino básico.

Uma crua realidade, pois é conhecida a falta de condições para apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, o elevado número de alunos por turma, a progressiva extinção do ensino recorrente e a supressão em 50% dos lugares para as áreas curriculares não disciplinares do ensino básico.

Num quadro de profunda insuficiência de recursos, os dados que é possível obter em relação à instabilidade de emprego e à inexistência de propostas do ME para a resolução do problema, deverão levar todos, mas todos sem excepção, a interiorizar a gravidade da situação e a disponibilizar-se para a luta, mesmo que numa análise superficial lhes pareça que nada disto que está a acontecer é consigo.

O discurso do Governo é o corolário de uma política de direita que tem a Educação como uma despesa e não como um investimento fundamental para elevação das qualificações dos portugueses e para o desenvolvimento social,

económico e cultural do país,

O discurso preocupante do Governo

O Governo tem tentado passar a ideia de que existe uma crise económica que justifica cortes atrás de cortes no investimento. Tal reflecte-se no Orçamento de Estado e nas verbas do PIDDAC, nomeadamente, mas também no discurso de que temos uma administração pública pesada. Na Educação, são sintomáticas as afirmações de congelamento de admissões nos quadros, de corte nas contratações e de necessidade de rever a legislação de concursos, por forma a torná-la mais flexível e mais moderna - ideias que normalmente significam mais restrições numa situação já grave.

A intenção, já manifestada por David Justino, de rever os Decretos-Lei 18/88 e 35/88 (Quadros e Concursos) não reflecte nunca a intenção de produzir alterações no sentido das propostas da FENPROF, nem tem em conta as preocupações manifestadas pelos professores e pelas escolas.

Trata-se de um discurso preocupante a fazer adivinhar um futuro muito próximo (o Governo quer nova legislação para Janeiro de 2003) de muito envolvimento e mobilização dos Professores.

A Caravana da Instabilidade

A FENPROF, tendo em conta a situação descrita e a necessidade de recolocar na rua, junto da opinião pública, o problema vai pôr em marcha, entre 27 de Novembro e 20 de Dezembro, a Caravana da Instabilidade. Uma acção de esclarecimento e de denúncia da vida das escolas e dos milhares de professores que vivem o dia-a-dia sem saber como vai ser o seu futuro ou sem poder prever a sua vida pessoal, familiar e profissional.

Trata-se de uma situação degradante a que urge pôr cobro.

Uma grande acção em que todos contam...



DIREITOS LABORAIS, SALÁRIOS E IMPOSTOS DE QUEM TRABALHA

UM ATAQUE À ESCALA NACIONAL

O governo português prepara-se para desferir um inqualificável ataque aos direitos de todos os trabalhadores. Nesse sentido, pretende aprovar um conjunto de regras, incluídas no designado Código Laboral que se aplicarão, naturalmente, também aos professores, a par de outras medidas que, aos poucos, têm vindo a ser aprovadas ou, pelo menos, anunciadas.

■ O governo pretende ainda, como já fez saber, alterar a Lei de Bases da Segurança Social, a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei que regula o Serviço Nacional de Saúde, entre outros diplomas fundamentais da sociedade portuguesa e sempre no mesmo sentido: retirar direitos aos portugueses e abrir portas à privatização de serviços que hoje são públicos, mas passariam a contribuir para aumentar os lucros dos que mais têm.

No que respeita à administração pública portuguesa, que o governo tão mal trata, as propostas vão no sentido de alterar, sem negociação sequer, o regime de aposentação reduzindo significativamente o valor das pensões. Além disso, as verbas previstas no OE para 2003 anunciam, desde já, a necessidade de congelar da progressão nas carreiras ainda que o valor da revisão salarial para esse ano fosse nulo. Ainda no domínio da administração pública, o governo já aprovou e publicou a Lei dos Disponíveis que pretende agora aplicar aos diversos sectores não sendo excepção o da Educação.

Em relação aos professores e educadores, para além de questões mais específicas que têm vindo a ser denunciadas pelo SPRC e pela FENPROF, o ministro da Educação, nas suas inesgotáveis entrevistas à comunicação social, não se cansa de anunciar desejos: o de alterar o Estatuto da Carreira Docente para fazer valer a má opinião que tem dos professores; o de criar mecanismos que lhe permitam controlar o ingresso e a progressão na carreira, reservando tais "privilégios"

apenas para os que, em sua opinião, mereçam; o de alterar o actual regime de concursos não no sentido de promover a estabilidade, mas com o intuito de aumentar a precariedade, de satisfazer clientelas e de aplicar regras que, espera ele, possam ser aprovadas no código de trabalho ou já se encontrem previstas na Lei dos Disponíveis; o de mudar substancialmente a gestão das escolas entregando-a a "profissionais" e, certamente, a operadores privados...

Estas medidas muito negativas, convém recordar, surgem num contexto de quebra de investimento e de grandes cortes orçamentais em áreas importantíssimas, como a Educação, a Saúde, a Segurança Social, a Formação, a Ciência, a Cultura ou o Ambiente. São reduções com objectivos precisos, onde relevam a desqualificação e o descrédito em relação aos serviços públicos, por forma a que, num futuro que o governo pretende próximo, possa retirar ao Estado muitas das suas funções sociais fundamentais.

No contraponto de todas estas medidas surgem outras, bem diferentes, com as quais o governo pretende brindar os grandes empresários e o capital financeiro. São medidas que reforçam a capacidade de despedir trabalhadores mesmo sem motivo aparente, de flexibilizar os horários de trabalho e de desregular os conteúdos funcionais consagrados nas suas carreiras, fazendo vingar o princípio da polivalência.

Neste domínio dos benefícios, é escandaloso o que se passa com a fiscalidade, pois apesar da tão repetida crise que perpassa o país e, diz-se, exige de todos (?) grandes sacrifícios, não param de ser anunciadas novas regalias, novas isenções, novas reduções e novos perdões.

Se olharmos o OE 2003 verificamos que o IRS aumentará o seu peso sobre os salários de quem trabalha, mas quanto ao IRC prevê-se uma quebra de

2% em relação ao ano ainda em curso. No que se refere ao tão anunciado combate à fraude e fuga fiscais, a expressão orçamental do resultado das medidas a tomar é zero, ou seja, não havendo receitas previstas daí provenientes, é evidente que estamos perante mais um pequeno rato que a montanha terá parido.

Apesar de serem poucas as palavras para ofensiva de tão elevada dimensão, estas são as razões que tanto nos preocupam no momento presente e que fazem aumentar uma revolta que é cada vez mais difícil de conter. A expressão de todo este nosso descontentamento terá de se fazer sentir na forma como nos deveremos envolver no protesto e aderir às lutas, gerais ou específicas, pelas quais exigimos que sejam respeitados os nossos direitos, os nossos salários e a nossa dignidade enquanto cidadãos portugueses.

Uma certeza, no entanto, deveremos ter: esta não será uma luta com resultados fáceis de obter e a curto prazo. Pelo contrário, a dimensão e a complexidade da ofensiva - e o próprio facto do governo se preparar para aprovar, de forma autocrática, algumas das medidas anunciadas - obrigar-nos-á a uma resposta enorme, consequente e prolongada a que nenhum de nós pode virar a cara, fazendo de conta que não é consigo. De facto, esta ofensiva tem a ver com todos nós e as consequências, a consumarem-se os projectos e os desejos do governo, serão irreversíveis para muitos professores e educadores como para milhares de outros trabalhadores.

Compreende-se, pois, a necessidade de agirmos enquanto é tempo antes que seja tarde. Nessa altura de pouco valeria chorarmos sobre as oportunidades perdidas.

Mário Nogueira



SISMO ORÇAMENTAL PREVISTO PARA 2003 SERÁ ARRASADOR PARA O EDIFÍCIO EDUCATIVO

O Orçamento de Estado para 2003 não é restritivo, é antes marcado por uma opção ideológica clara ao impor as principais reduções, que resultam em grande parte de uma importante quebra de investimento, em áreas tão importantes como a Educação, a Formação, a Ciência e Tecnologia, a Saúde, o Ambiente e a Cultura.

Mas é o mesmo orçamento que impõe cortes e outras restrições em áreas fundamentais para a maioria dos portugueses e que prevê a quebra de investimento em áreas sociais fundamentais, que isenta de impostos as mais-valias obtidas pelas Sociedades Gestoras de Participações Sociais e aumenta os benefícios fiscais às actividades financeiras. Não estamos, assim, perante um orçamento restritivo, mas perante um orçamento que impõe restrições a um sector da sociedade, os trabalhadores.

CORTES, CORTES E MAIS CORTES...

Na Educação os cortes são evidentes. Há uma diminuição global de 1.1% no Orçamento da Educação [áreas abrangidas pelo ministério de David Justino] que resulta, principalmente, de uma quebra no investimento superior a 24% em relação a 2002.

Alguns exemplos concretos de reduções em áreas importantes do sistema educativo dão-nos a expressão exacta do que o governo de Durão Barroso propõe para a Educação: na Educação Pré-Escolar um corte de 64.5%; no Ensino Básico uma redução de quase 30%; no Ensino Secundário o corte é de 32.5% em relação às verbas de 2002; na Educação de Adultos, apesar da grave situação de analfabetismo

e iliteracia que existe em Portugal, as já diminutas verbas são reduzidas em 17.6%; na Ciência e Investigação as reduções atingem os 28.5%.

Se olharmos para a região centro verificamos que as reduções atingem particularmente o investimento na qualidade, que resultaria da renovação dos equipamentos, podendo desde já dizer-se que em 2003 as condições em que se ensina e aprende nas nossas escolas serão piores, apesar de já hoje estarem longe das desejáveis.

No que respeita a "Instalações para os Ensinos Básico e Secundário" o corte é de 36%, passando de 27 486 046 euros em 2002, para 17 614 800 euros e no que se refere a "Apetrechamento das Instalações para os Ensinos Básico e Secundário" a redução é de 55% [12 792 649 euros em 2002 para, em 2003, apenas 5 826 760].

Neste domínio dos equipamentos, para que se entenda a dimensão da demagogia do Governo e, em especial, dos responsáveis do ministério da Educação veja-se como uma área dita prioritária, a das TIC [novas Tecnologias de Informação e Comunicação], em que é suposto haver um esforço de investimento, sofre um corte, na região centro, acima dos 50% [de 8 728 995 euros, passa para 4 326 133].

CORTES E MAIS CORTES TAMBÉM NO ENSINO SUPERIOR

Da mesma forma as reduções atingem de forma muito preocupante o Ensino Superior. Como é do conhecimento geral o facto de não terem sido transferidas verbas para a revisão salarial de 2002 [aumento de 2.75%] e o desrespeito, em milhões de euros, do financiamento devido pela aplicação das regras de orçamento-padrão está a criar uma enorme instabilidade no funcionamento das instituições de ensino superior, algumas sem saberem, ainda, como irão terminar o ano devido à falta de verbas com que se confron-



tam. A solução para este problema passa pelo financiamento adequado das instituições não pela garantia de Pedro Lynce de pagar as dívidas às que não o puderem fazer. A ser esta a norma estará criada uma situação de extrema injustiça entre instituições, com tratamentos desiguais entre si e, principalmente, estará aberto o caminho ao clientelismo e à proliferação de situações pouco claras que fugirão a regras comuns, objectivas e transparentes.

Se o problema com o encerramento de 2002 levanta tamanhas preocupações, para 2003 não há palavras: é proposto, no OE, um corte de financiamento que atingirá cerca 5% e porá em causa o funcionamento de várias instituições de ensino superior. Pela primeira vez estamos perante uma situação de diminuição nominal de verbas e no que diz respeito a investimento será um dos piores anos de sempre. A Universidade de Coimbra é bem o exemplo do que se afirma. Quando era suposto que o PIDDAC para 2003 contivesse cerca de 60 milhões de euros para investimentos vários, que não só contribuiriam para a elevação da qualidade do ensino, como para a sua expansão, tem previstos apenas cerca de 2 milhões, ou seja, uma redução de 96% que só permitirá continuar algumas, muito poucas, obras em curso.

CORTES SOBRE CORTES TAMBÉM PARA OS PROFESSORES

O Orçamento de Estado é também muito negativo para os trabalhadores de uma forma geral, atingindo sobremaneira os da administração pública, com consequências que não passam ao lado dos professores e educadores.

Quanto a salários, o valor de massa salarial global para 2003 apresentado pela ministra Manuela Ferreira Leite é insuficiente para todas as mudanças de escalão [progressão normal nas carreiras] ainda que a revisão salarial para 2003 fosse zero. Estamos, a não ser aumentada a verba disponível, próximos do anúncio do congelamento das carreiras o que, a acontecer, merecerá uma duríssima resposta dos professores.

Quanto às aposentações está criada a indignação e generalizado o repúdio perante medidas anunciadas, não negociadas, que apontam para reduções que variam entre os 10 e os 40% e que, a serem aprovadas, atingirão profissionais que já reúnem as condições legais [36 anos de serviço] para se aposentarem.

EDUCAÇÃO: ALVO PREFERENCIAL DOS CORTES ORÇAMENTAIS

Em suma, o sector da Educação

será um dos mais atingidos em 2003, o que deixa evidente não ser esta uma das opções do governo para o nosso país. A falta de investimento na Educação, num país que nesse domínio já se encontra na cauda da Europa [menor qualificação dos portugueses, níveis mais elevados de analfabetismo e iliteracia, maiores taxas de insucesso e abandono escolar, resultados menos positivos em diversos domínios do saber e do conhecimento] será fatal para o futuro e para o desenvolvimento nacional.

Bem pode David Justino esforçar-se por acusar os professores do mau desempenho do sistema educativo... bem pode a secretária de estado Mariana Cascais dizer que falta ética aos professores... bem pode Pedro Lynce dizer que o nosso sistema de ensino pode fazer mais e melhor com menos verbas... bem pode o primeiro ministro Durão Barroso dizer que não pode resolver o problema do desemprego docente por não ser agência de emprego... bem pode o governo continuar a fazer rankings, a introduzir exames, a dizer que estende a obrigatoriedade para 12 anos... que tudo isso são apenas manobras de diversão que procuram desviar a atenção dos portugueses do que é fundamental: as opções políticas em Portugal são, neste momento, tomadas por uma maioria extremada à direita que, como todas as maiorias do género têm a Educação em baixa consideração, até por ser a ignorância o melhor campo de cultura da sua demagogia e da sua política anti-social.

A RESPOSTA AOS CORTES SERÁ DETERMINADA E MUITO FORTE

Aos professores e educadores, como, de uma forma geral, aos trabalhadores não resta outra alternativa que não seja a da luta em defesa dos seus direitos e dos direitos e interesses de todos os portugueses por um ensino de qualidade e uma escola pública inclusiva e com capacidade para dar todas as respostas, educativas e sócio-educativas, que é suposto deverem dar.

É nesse sentido que na próxima quarta-feira, dia 30 de Outubro, os professores e educadores portugueses farão greve. Uma greve nacional que incluirá os docentes de todos os sectores de educação e ensino: Educação Pré-Escolar, Educação e Ensino Especial e Ensinos Básico, Secundário e Superior.

Uma greve que, pelo que se sente nas escolas, merecerá uma grande adesão dos professores e educadores e para a qual se exige a atenção dos governantes portugueses. Os professores e educadores portugueses estão fartos

de serem um dos alvos preferenciais de David Justino e Manuela Ferreira Leite, exigem respeito e com a sua luta já a partir de 30 de Outubro declarar-se-ão disponíveis para defenderem intransigentemente os seus direitos.

Sendo natural que a luta dos educadores e professores portugueses prosiga ao longo de todo o ano lectivo, o SPRC responsabiliza desde já o Governo em funções por toda a instabilidade que a sua política vai provocar nas escolas portuguesas, não só pelas consequências das medidas, como pelas acções que vai obrigar os docentes e, provavelmente, os não docentes e os estudantes, a desenvolverem.

Daí que o SPRC saude todos os parceiros educativos que já começaram e continuarão a mobilizar-se para se opor aos cortes anunciados, se solidarize com todas as suas acções e lutas e se disponibilize para, sendo esse o caminho, desenvolver iniciativas conjuntas ou convergentes.

NOTA: No próximo dia 30 de Outubro, para além da greve, o SPRC estará presente nas concentrações previstas para todas as capitais de distrito convocadas pelas respectivas Uniões Distritais de Sindicatos.

Coimbra, 28 de Outubro de 2002
A Direcção



CORTES NA REORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

No dia 17 de Outubro foi finalmente publicado, em Diário da República, o Decreto-Lei de alteração da Reorganização Curricular do Ensino Básico (Dec.-Lei n.º 209/2002).

Finalmente não porque ele traga algo de novo e positivo para uma Reorganização Curricular de torto nascimento - antes pelo contrário - mas sim porque vem repor a legalidade ao funcionamento das escolas com 3º Ciclo do Ensino Básico, tendo em conta que as alterações que vem introduzir já se encontravam ilegalmente em prática nas mesmas, face à aplicação de uma circular emitida pelo Ministério da Educação - Circ. n.º 3/2002, de 15 de Julho, do Departamento de Educação Básica - a qual contrariava a legislação então em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 6/2001.

Interessa aqui, contudo, relevar não tanto os aspectos jurídicos da questão, mas antes a natureza das alterações introduzidas em si bem como os efeitos reais que as mesmas imporão às escolas, alunos e professores. Assim, contam-se entre essas alterações:

- O fim do par pedagógico nas áreas curriculares não disciplinares de Estudo Acompanhado e de Área de Projecto, nos 7º, 8º e 9º anos;

- A limitação, no 3º Ciclo do Ensino Básico, da oferta que as escolas põe ao dispor dos seus alunos, na área de Educação Artística (para além da Educação Visual), àquela para a qual essas escolas possuam já, nos seus quadros, os recursos humanos necessários à sua leccionação;

- A introdução de exames nacionais, no 9º ano de escolaridade, a Língua Portuguesa e Matemática, já no ano lectivo 2004-2005 (ano em que se concluirá a generalização da implementação da Reorganização Curricular do Ensino Básico);

- O não desdobramento, no 3º CEB, das turmas de Educação Tecnológica em muitas escolas, face a orientações



veiculadas pela atrás referida circular n.º 3/2002 do DEB, entretanto não concretizadas no Decreto-lei de alteração da Reorganização Curricular, mas que permitiram ao Ministério da Educação "ganhar" pelo menos um ano de poupança acrescida por este meio.

Saliente-se que o Ministério da Educação introduz estas alterações sem qualquer avaliação prévia do modo como estava a ser implementada a Reorganização Curricular ou dos eventuais efeitos que as mesmas acarretarão. Fica assim claro que os "ajustes" que o ME prometeu efectuar à Reorganização Curricular, como, aliás, cedo percebermos, tinham como único e exclusivo objectivo a cega, e a qualquer preço, contenção de custos. Senão veja-se:

- Que qualidade e resultados se pretendem obter com o fim do par pedagógico no Estudo Acompanhado e Área de Projecto? Estará o ME consciente dos reais efeitos desta medida que, inclusive, rompe com práticas anteriores à própria Reorganização Curricular - nomeadamente as experiências de Sala de Estudo Acompanhado - com resultados reconhecidamente positivos? Esta medida está, pois, destituída de qualquer propósito pedagógico, antes pretende evitar a colocação de milhares de professores em todo o país. Com efeito, de acordo com um levantamento

Que qualidade e resultados se pretendem obter com o fim do par pedagógico no Estudo Acompanhado e Área de Projecto? Estará o ME consciente dos reais efeitos desta medida que, inclusive, rompe com práticas anteriores à própria Reorganização Curricular

A PROPÓSITO DA IMPLEMENTAÇÃO DE EXAMES NACIONAIS NO 9º ANO...

efectuado pelo SPRC aquando da abertura do presente ano lectivo, teriam ficado por colocar, devido à aplicação desta medida, cerca de um milhar de professores, só na região Centro, o que só vem reforçar a ideia de que o ME, longe de ter que assumir funções de agência de emprego, bastar-lhe-ia estar preocupado com o sucesso do sistema educativo, para ter de colocar muito mais professores;

- E o que dizer do empobrecimento da oferta de Educação Artística nas escolas? Fazer depender as ofertas educativas a fazer aos alunos, não com base nas suas necessidades e interesses de formação, mas antes dos recursos humanos (docentes) já existentes, é não só miserabilista como, no caso específico da Educação Artística, culturalmente castrador, porquanto a quase totalidade das escolas ficará impossibilitada de oferecer aos seus alunos do 3º CEB disciplinas como Educação Musical, Teatro, Dança, entre outras, não porque não tenham alunos interessados em frequentá-las, mas porque não dispõem de professores nos seus quadros com formação adequada para a sua leccionação;

- Face a estas alterações, potencia-doras da derrocada total do desde sempre fragilizado edifício da Reorganização Curricular, que pertinência para a introdução de exames nacionais no 9º ano de escolaridade, já em si em claro conflito com os objectivos definidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo para o Ensino Básico? Acaso pretenderá o ME pôr a nu as incongruências das suas políticas educativas, ou quererá antes, e uma vez mais, remeter injustamente aos professores a responsabilidade dos maus resultados que se adivinham, quem sabe, através de uma irreflectida publicação de rankings de escolas, agora também para o ensino básico?

Face a este cenário, a Reorganização Curricular do Ensino Básico, cuja generalização se iniciou há apenas um ano, está já transformada numa manta de retalhos em que poucos depositam esperanças de sucesso.

Impunha-se mais e melhor ao actual Ministro da Educação, David Justino, que se auto designa cultor da avaliação mas que, no caso em apreço, foi incapaz de avaliar adequadamente os efeitos das suas políticas educativas, os quais se tornarão visíveis à sociedade apenas tarde demais.

■ A, há muito anunciada, firme intenção do actual ME em implementar exames nacionais no 9º ano de escolaridade a Língua Portuguesa e Matemática, de cujos resultados se fará depender o prosseguimento de estudos - medida aplaudida por muitos, diga-se, incluindo alguns professores - foi recentemente concretizada em lei com a publicação do Decreto-Lei n.º 209/2002.

Argumenta-se que, face ao falhanço do ensino básico, a implementação de exames no 9º ano gerará uma "cultura de exigência", necessária para alcançar a desejada qualidade(?). Muitos docentes revelam-se agradados com esta medida porque vêem nela uma forma de reforçarem a sua autoridade perante os alunos. Estes são, contudo, argumentos falaciosos.

A escolaridade básica obrigatória, no modo como vem definida na Lei de Bases do Sistema Educativo, deve ter como objectivos centrais formar jovens civicamente responsáveis, capazes de desenvolver activamente a sua cidadania, e desenvolver o seu espírito solidário, o que só se poderá pôr em prática numa escola orientada para os valores.

A filosofia por detrás dos exames não pode ser mais contrária a esta definição. Existem competências que não são avaliáveis em exame, logo, estas serão relegadas para segundo plano ou mesmo removidas do currículo, resultando daqui o seu empobrecimento, por um lado, e uma deturpação da própria avaliação, por outro, reduzida que fica a uma mera medição de conhecimentos acumulados, tal qual um qualquer exame de código (aliás, a analogia é pertinente: o sucesso alcançado pela generalidade dos indivíduos nos exames de código de estrada terá alguma vez sido acompanhado pela formação de condutores civicamente responsáveis?).

Quanto ao reforço da autoridade dos professores, impõe-se, antes de mais, questionarmo-nos que autoridade queremos. A verdadeira autoridade é aquela que é reconhecida como tal pelos alunos e não a que o sistema lhes impõe. Ora, esta autoridade resulta, em grande medida, do estatuto que a sociedade em geral atribui aos professores, o qual está em dependência directa com as condições em que estes desenvolvem o seu trabalho. Significa isto que só se consegue reforçar a autoridade dos professores pelo

reforço dos seus direitos profissionais, nomeadamente ao nível da carreira docente, das suas condições de trabalho, enfim, dos seus salários. A implementação de exames nacionais no 9º ano não só não vai reforçar a autoridade dos professores como vai contribuir para o agravamento da sobrecarga de trabalho daqueles que neles estejam envolvidos (vigilâncias, correcções, serviço de secretariado de exames...).

Esta situação poder-se-á ainda agravar se, como muitos *opinion makers* defendem (alguns bem próximos do actual executivo), na avaliação dos professores, forem ponderados os resultados obtidos pelos seus alunos, nomeadamente os alcançados em exames nacionais. Aliás, o próprio ministro da educação, David Justino, em recentes declarações à Grande Reportagem (1-09-2002), referia que o trabalho de um professor se avalia "não só por aquilo que ele ensina mas também pelos resultados que obtém", os quais, continua, "têm a ver com a qualidade da formação dos seus alunos."!!

Finalmente, o que pretende fazer o ME com os alunos que não vierem a obter sucesso nestes exames? E de que modo a dependência entre o prosseguimento de estudos e os resultados obtidos em exame se poderá cruzar com a anunciada intenção de alargar o ensino obrigatório até aos 12 anos de escolaridade? Acaso pretenderá o ME empurrar precocemente os alunos com maus resultados para o ensino tecnológico para, posteriormente, serem usados como mão de obra barata, porque desqualificada? E a que classes sociais pertencerão estes alunos?

Não tenhamos ilusões, o ME pretende qualidade sim, mas só para alguns. Precisamente aqueles que estão representados na maioria da Assembleia da República.

Não nos devemos esquecer que a força política que quer agora implementar exames para atingir um pretensão rigor e exigência, é a mesma que, no passado, implementou uma reforma curricular que, em grande medida, é responsável pelos males de que enferma o ensino básico.

A desejada qualidade de ensino consegue-se com rigor e exigência sim, mas é de mais e de melhores condições de ensino/ aprendizagem nas escolas, e não requer a proliferação de exames nacionais.

Vítor Godinho

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM ENCONTRO NACIONAL

“ PERCURSOS E PERCALÇOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - INTERVIR PARA MUDAR”

28 E 29 DE NOVEMBRO EM LISBOA

■ Quando em 1996 a educação pré-escolar passou a ser parte integrante do sistema educativo nacional, tal como está consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, pressupunha-se que, definitivamente, o poder político assumia este sector de educação como um dos alicerces do percurso escolar, num futuro que se supunha de desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar.

Logo em 1997 a educação pré-escolar parecia de facto valorizada e reforçada pedagogicamente com a publicação de dois documentos: a Lei Quadro que estabelece como princípio geral que a educação pré-escolar é a 1ª etapa da educação básica e as Orientações Curriculares, documento orientador da componente educativa, definindo áreas de conteúdo numa perspectiva de intencionalidade educativa, assente numa pedagogia estruturada, exigindo que o educador planeie o seu trabalho e avalie o processo e os seus efeitos no desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

O conteúdo destes dois documentos e as teorias que deles se depreendem estão longe de serem uma realidade. A educação pré-escolar em Portugal tem conhecido desde sempre um percurso de avanços e recuos, que se concretizam por um passo no sentido da valorização deste sector de educação e uns quantos em sentido contrário, consoante as perspectivas da política educativa quanto à função da educação pré-escolar.

A organização deste Encontro Nacional teve como base de trabalho as mudanças e as novas realidades na educação pré-escolar. Pretende-se, nestes dois dias, analisar e reflectir os percursos e percalços da educação pré-escolar na realidade portuguesa, em termos pedagógicos e organizacionais, assim como analisar esta realidade no contexto da União Europeia. Para além da presença de um painel de oradores que decerto contribuirão para esta reflexão, os educadores de infância serão intervenientes activos neste Encontro Nacional, contribuindo para um processo que se quer de mudanças efectivas nas políticas educativas, com vista à definição de linhas de intervenção que valorizem e dignifiquem a educação pré-escolar como 1ª etapa da educação básica.

Este Encontro Nacional insere-se num calendário de lutas que tem mobilizado os educadores de infância nestes últimos meses, pela revogação do Despacho nº 19.310 de 29 de Julho pelo que, este encontro, pelos temas a abordar e pela visibilidade que terá, será mais um marco na afirmação e valorização de uma educação pré-escolar que se pretende pública e de qualidade para todas as crianças.



Dia 28 de Novembro

10.30 h - Recepção aos participantes

11.30 h - Sessão de Abertura
- Paulo Sucena (Secretário Geral da Fenprof)
- Céu Silva (Coord. Nacional da Educação Pré-escolar)

12.30 - 14.30 h - Almoço

1ª Painel - EDUCAR / ENSINAR

14.30 h - **Educar / Ensinar - conceitos**
(Teresa Fou, Docente da Univ. de Barcelona)
- **A Primeira Etapa da Educação Básica**
(Mº João Cardona, Presidente do Instituto Politécnico de Santarém)
- **Sequencialidade entre ciclos**
(Luísa Homem, Docente da ESE de Lisboa)

16.00 h - Pausa para café

16.15 h - **Obrigatoriedade de frequência da educação pré-escolar**
(Teresa Fou, Docente da Univ. de Barcelona)
- **Avaliação na Educação Pré-Escolar**
(Cristina Parente, Docente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho)
- **Os Professores especialistas no Jardim de Infância**
(Isabel Kowalski, Docente da ESE de Leiria)

17.30/18.30 h - DEBATE com todos os intervenientes

Dia 29 de Novembro

2º Painel - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR HOJE

10.00 h - **O alargamento de horário nos Jardins de Infância da rede pública**
- **A Componente de Apoio à Família**
(Teresa Sarmento, Docente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho)
- **Aprender na Escola Crescer na Família**
(Mª José Gonçalves, Chefe da Pedopsiquiatria do Hosp. D. Estefânia)

11.30 h - Café

12.00 h - Debate

12.30 - 14.30 h - Almoço
- **A Expansão da rede pública da Educação Pré-escolar**
(Emília Vilarinho, Docente da Univ. Minho)
- **A Educação Pré-Escolar na União Europeia**
(Fátima Neves, Docente da ESE de Coimbra)

15.30 h - Debate

16.00 h - Café

3º Painel - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR QUE FUTURO

16.30 h - Conclusões do Encontro

RANKING É O ELO MAIS FRACO. ADEUS!

Apesar da onda de críticas divulgadas com a divulgação do primeiro ranking de escolas do ensino secundário, provenientes de sectores de referência da sociedade portuguesa, das áreas social e da educação, o Governo insistiu com nova divulgação de uma escala de estabelecimentos de ensino, recorrendo aos resultados dos exames.

Desde a primeira hora que o SPRC e a FENPROF criticaram esta devassa da vida das escolas, principalmente porque não está assente em bases científicas e principalmente, porque, tratando-se de um problema social, em nada contribui para a resolução dos problemas da Educação e do Ensino.

As escolas continuam a ter insuficientes condições de funcionamento, em resultado de uma inexistente autonomia financeira e de uma política restritiva para o sector, e os alunos, oriundos de diferentes proveniências sociais e com díspares condições económicas e diferentes referências culturais, continuarão a trazer para a escola as consequências de uma política de direita que não apresenta quaisquer soluções para melhorar as condições de vida da quase totalidade da população portuguesa. Há problemas com os programas e com o desenho curricular de todo o sistema de ensino, mas o actual Governo não se inibiu de pura e simplesmente parar o processo de alteração dos currículos, sem consulta, sem debate, sem negociação, mas apenas com o intuito de parar uma Reforma que, apesar de ter aspectos que necessitariam de ser revistos, tem de ser feita.

Os dois textos que publicamos nesta edição adicionam elementos essenciais a esta reflexão.

A Redacção

A METÁFORA DA PALMATÓRIA

Muito se tem dito e escrito sobre os resultados dos exames do 12º ano, instrumento-base da montagem de um ranking nacional, recentemente publicado, que tem suscitado o mais manifesto repúdio por parte de escolas públicas e privadas, sindicatos, associações de pais e outras ligadas ao ensino.

■ Creio que ninguém gosta de ver o seu nome exposto na praça pública, por más razões.

E que o facto de ter sido uma equipa de trabalho de uma universidade prestigiada a levar a cabo tarefa tão complexa não legitima, por si só, a bondade da análise.

Suponho que todos concordamos que algo deve ser feito para melhorar a qualidade do sistema educativo, com vista a maiores e melhores competências e performances dos nossos alunos, e que isso passa, prioritariamente, pelo trabalho desenvolvido nas escolas, a que não pode ser alheio o envolvimento da comunidade.

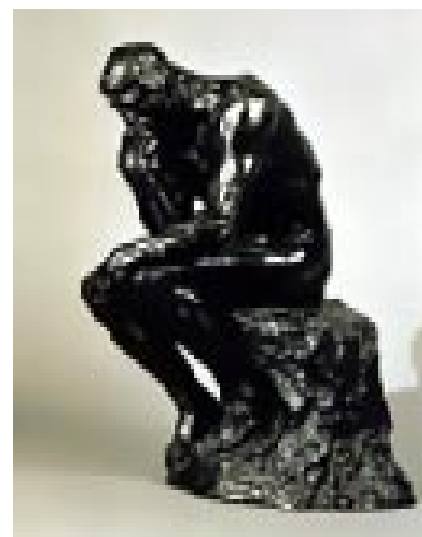
O problema que se coloca pois ao Estado e às escolas é saber como operar para conseguir tal desiderato.

Será através de um persistente investimento na educação? - criação de quadros de professores efectivos nas escolas, bem preparados e remunerados; auxiliares de educação que não se vejam subalternizados na sua função e que tenham pela frente uma carreira sólida, ao invés de viverem anos a fio de contratos a prazo e temerem diariamente pela não renovação dos mesmos; alunos motivados para o estudo, responsáveis e disciplinados, mas críticos e intervenientes, cidadãos competentes que sabem que no final do percurso escolar terão lugar no mundo do trabalho e na sociedade; pais que se sintam adjuvantes, por dever e por direito, na vida escolar dos seus educandos e que, conjuntamente com os outros agentes educativos, participem na dinâmica de uma escola de clima aberto; sistemas de avaliação que contemplem factores de diferenciação e inclusão; estruturas devidamente equipadas, para que a prática educativa

diária não sofra entraves de meios e materiais; lideranças fortes, que trabalhem em espírito de equipa com todos os órgãos de gestão intermédia e as forças activas da comunidade, colocando sempre à frente das suas decisões o primado pedagógico.

Será através de seriações aferidas através de variáveis que, por maior que

Será através de um persistente investimento na educação? - criação de quadros de professores efectivos nas escolas, bem preparados e remunerados; auxiliares de educação que não se vejam subalternizados na sua função e que tenham pela frente uma carreira sólida



seja a sua fiabilidade, nunca medirão, sem o risco de grandes injustiças, a realidade local em que as escolas avaliadas estão inseridas, com as suas flutuações sociais, económicas e culturais, marginalizando, por esta forma, instituições, professores e agentes educativos que fazem um trabalho sério?

O actual responsável pela pasta da educação quis enveredar pela segunda via, sem antes responder à primeira.

É a opção mais fácil, mais barata, mas também a mais ineficaz.

A pressa sempre foi má conse-
lheira. Criem-se primeiro as condi-
ções, peçam-se depois resultados.

Partilho, por isso, a opinião do ex-ministro da educação, Eduardo Marçal Grilo: "O importante é que os resultados das provas aferidas e dos exames nacionais sejam devidamente analisados, digeridos nas escolas, pelos professores, nas turmas com os alunos, com as famílias."

Publicite-se o desempenho das escolas melhores classificadas e os seus métodos de trabalho, para exemplo das demais.

Façam-se chegar os resultados às escolas, para reflexão e regulação do processo ensino-aprendizagem.

Apoiem-se e incentivem-se as inadiáveis mudanças. E depois exija-se.

Colocar a nu, por meio de uma ordenação tão subjectiva quanto esta, o débil desempenho dos alunos de escolas do nosso país é, nestas circunstâncias, alijar responsabilidades num processo em que os vários governos deveriam, desde há muito, penitenciar-se.

Cá para mim, este estratagema de competição, em que as condições de partida estão viciadas e em que aqueles que se distanciam da meta estabelecida sofrem, no fim da tabela, a vergonha dos inaptos, faz-me lembrar a pedagogia da bordoadada e das orelhas de burro.

Este ranking é a metáfora da palmatória de outros tempos.

José Manuel Batista Rodrigues,
EB 2,3 Vila Velha de Rodão

RESPONSÁVEIS POLÍTICOS MANIPULAM DADOS SOBRE SERIAÇÃO DE ESCOLAS

INVESTIGADOR AFIRMA QUE NÃO EXISTE MODELO NEUTRO

■ **Este ranking, com os novos critérios de ponderação, tentou ter em conta a origem dos alunos?**

Mas, pelos vistos, tecnicamente mal. Há a intenção de contextualizar os dados, mas as variáveis escolhidas não foram as mais pertinentes. Não existem modelos perfeitos, porque as perspectivas adoptadas não são politicamente neutras. Mas os objectivos e as metodologias têm de ser consensualizadas. Mas este, parece-me, foi um pouco mais grave ao levar em conta o contexto da escola, quando se sabe que este factor é muito heterogéneo. Eu sou contra os rankings, tecnicamente mais perfeitos ou não.

Mas têm aspectos positivos?

O direito à informação. É bom que os cidadãos saibam o que se faz nas escolas, mas não assim.

O direito à informação vem vestido de uma grande desinformação?

Diria mesmo manipulação dos discursos políticos e dos responsáveis pela educação, como se fosse muito fácil e só tivesse efeitos positivos. O ministério pode muito bem saber o que as escolas precisam, independentemente dos rankings.

E que valor tem a ponderação quando para a universidade contam só as médias?

De facto, é a lógica do ensino superior que comanda a organização dos restantes níveis, mas isso não está certo. Parece que está tudo vinculado aos interesses exclusivos do ensino superior, quando há objectivos que são próprios de cada nível de ensino. Há muitos países que não têm capacidade de escolher, e isso não é só uma questão económica, mas também de capital cultural.

Um pai que não passou pela escola, não sabe quais são as melhores opções porque não conhece a lógica interna do próprio sistema. Os que sabem são os da classe média. E este sistema de quase-mercado pode levar ao aumento da discriminação no sistema educativo. As desigualdades das escolas não vão ser resolvidas através do ranking. Mesmo quando o ministro diz que é para conhecer o que está mal, para depois

fazer melhor. Isso significa o quê? Mais investimento na educação, o que me parece altamente contraditório com a política de privatização e redução do papel do estado. O que está aqui em causa uma elitização.

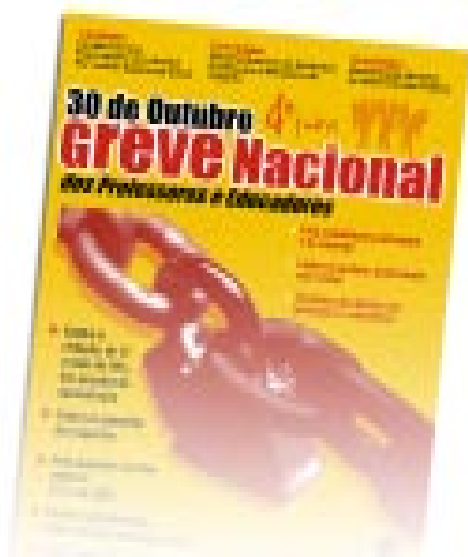
A re-elitização do ensino público?

E isso é o interesse da classe média para assegurar o emprego. Há aqui um pendor *darwinista*: sobrevivem os mais aptos e quem não consegue é porque não é bom. O que eu gostava é de ver estudos sobre os efeitos dos rankings em outros países: tornaram as escolas mais igualitárias?

Extracto de entrevista de Almerindo Janela Afonso, Investigador, ao Diário de Notícias, publicada no dia 31 de Outubro de 2002.



PROFESSORES E EDUCADORES DA REGIÃO CENTRO COM GRANDE ADESÃO À GREVE NACIONAL DOS PROFESSORES



Os dados recolhidos durante a manhã junto das escolas da região centro apontam para uma adesão à greve nacional de professores e educadores, nesta região, que se aproxima dos 70%.

■ É uma excelente adesão que tem índices superiores no litoral e nos concelhos urbanos, sendo o 1º Ciclo do Ensino Básico e a Educação Pré-Escolar os sectores em que há um maior número de docentes em greve. Assim, o SPRC estima que estejam em greve entre 80 e 85% dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e entre 55 e 60% dos professores dos 2º e 3º ciclos dos ensinos básico e secundário. No Ensino Superior há também cerca de 70% de aulas que ficaram por dar, estimando-se um pouco acima da média a adesão à greve no ensino superior universitário.

Estes números são muito importantes, reflectem uma elevada consciência dos professores e educadores portugueses em relação ao ataque em curso contra os seus direitos e os direitos, em geral, dos trabalhadores portugueses, bem como contra a qualidade da educação e do ensino público através dos cortes orçamentais que o Governo pretende impor em 2003 no sector da Educação.

Estes números crescem ainda de importância quando se sabe que nos dois últimos dias (28 e 29 de Outubro) as escolas e os professores foram assaltados por inúmeras iniciativas divisionistas, que procuraram que surgissem dúvidas até quanto à manutenção ou cancelamento desta greve. Várias foram as escolas que nestes dias receberam telefonemas a informar do cancelamento da greve, tendo até surgido publicidade paga em jornais referindo uma alegada falta de oportunidade desta luta.

Só que, conscientes da importância desta greve, os professores e educadores portugueses estiveram muito bem na adesão e, desta forma, deixaram claras as suas exigências:

- Respeito pelos seus direitos (direito à aposentação de acordo com as regras actualmente vigentes e direito à progressão na carreira e a uma revisão salarial justa em 2003).

- Respeito pelos direitos da escola pública (o direito a um financiamento adequado e oposição aos cortes que o governo pretende impor através do Orçamento de Estado 2003; defesa de uma gestão democrática das escolas e contra a profissionalização/privatização da gestão das escolas)

- Respeito pelos direitos de todos os trabalhadores portugueses (contra o projecto de Código Laboral, contra as alterações à Lei de Bases de Segurança Social, exigência de emprego e de estabilidade)

A luta dos professores e educadores não termina neste dia 30, bem pelo contrário, este é apenas o importante começo de uma luta que continuarão a desenvolver, cada vez com mais força e determinação.

ALGUNS DADOS DA GREVE

Durante a manhã o SPRC identificou mais de meio milhar de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância com uma adesão de 100%, sendo alguns destes estabelecimentos de média dimensão, ou seja, com um corpo docente acima dos 10 profissionais. Mas o encerramento das escolas faz com que não seja possível um levantamento completo do número de escolas com adesão de 100%, estiman-

do-se que na região centro sejam muito acima do milhar.

Mesmo onde os níveis de adesão não atingiram os 100%, esta foi muito significativa como pode ser verificado pelos exemplos a seguir:

Educação Pré-Escolar, concelho de Coimbra - 80%, EB 1 Norton de Matos, Coimbra - 89%, EB1 Santa Apolónia, Coimbra - 83%, Pré-Escolar e EB1 de Cantanhede Sul - 85%, EB 1 Alcobaça - 89%, concelho de Viseu 1º CEB - 95%, concelho de Vila Nova de Paiva 1º CEB - 80%, EB 2.3 Inês de Castro, Coimbra - 75%, Secundária Quinta das Flores, Coimbra - 60%, Secundária Avelar Brotero, Coimbra - 50%, EB 2.3 de Soure - 76%, EB 2.3 Lousã - 63%, Secundária D. Duarte, Coimbra - 40%, Secundária de Montemor o Velho - 51%, EB 2.3 Condeixa - 65%, EB 2.3 e Sec Ansião - 81%, Agrupamento Vermoil - 84%, EB 2.3 e Sec Amadeu Gaudêncio, Nazaré - 87%, Agrupamento Vertical de Góis - 68%, Secundária de Vagos - 43%, EB 2.3 Aradas, Aveiro - 52%, Sec. Calazans Duarte, Marinha Grande - 61%, EB 2.3 e Sec Pedrógão Grande - 79%, Sec de Tondela - 56%, EBI Marzovelos, Viseu - 50%, EB 2 Vouzela - 72%.

A Direcção

PORQUE LUTAM OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

■ **A GREVE DE 14 DE NOVEMBRO** é mais um momento alto nesta **LUTA** prolongada que estamos a travar contra a ofensiva desencadeada pelo Governo em relação a importantes **DIREITOS** dos Trabalhadores e de todos os Cidadãos e expressa o nosso profundo descontentamento e indignação.

Importa, no entanto, não esquecer, que esses **DIREITOS** estão intimamente ligados a questões que dizem respeito a toda a sociedade portuguesa.

Não é, pois, possível desligar das medidas já anunciadas pelo Governo para os trabalhadores do Sector, a fúria privatizadora em áreas a que correspondem importantes funções sociais do Estado, o que, a concretizar-se, atingiria **TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES**.

Uma tal política conduziria à exclusão, de vastas camadas da população, do acesso à **SAÚDE**, à **SEGURANÇA SOCIAL** e à **EDUCAÇÃO** e representaria um enorme e gravoso retrocesso quanto a direitos civilizacionais, duramente conquistados.

O Governo, pretende ainda privatizar a distribuição da água, a recolha de resíduos urbanos e até a gestão de espaços verdes e do património ambiental e cultural.

Facilmente se compreenderá o interesse e a “gula” do grande capital financeiro, pela Segurança Social e a Saúde (que o Grupo Mello considera como os “negócios” do futuro!!!), se tivermos em conta que esses sectores movimentam (no mínimo), por ano, respectivamente 3.000 milhões de contos e mais de 1.000 milhões de contos. Também a Educação, com valores desta ordem, se encontra na mira de empreendedores privados que apenas procuram o lucro em áreas que deverão corresponder a funções sociais que o Estado parece querer “trespassar”.

SALÁRIOS

- pela negociação anual.
- pelo aumento real do poder compra.
- não à negociação com base na inflação europeia. Os portugueses já pagam os preços mais altos nos bens e serviços em toda a união europeia.

CARREIRAS

- não ao congelamento dos concursos e da progressão nos escalões

APOSENTAÇÃO

- não à alteração ao estatuto da aposentação: 36 anos de descontos já bastam!

- os trabalhadores da administração pública que prestaram serviço militar durante as guerras coloniais seriam duplamente penalizados.

DIREITOS

- não à aplicação da lei dos supranumerários/disponíveis.
- não aos contratos individuais de trabalho e contratos a termo para postos de trabalho permanentes.
- não aos despedimentos.

CONTRA O “PACOTE LABORAL”!

O governo pretende retirar direitos que resultaram da luta de gerações de trabalhadores e que foram alcançados com o 25 de Abril.

Os trabalhadores não vão permitir que o pacote laboral seja Lei! os trabalhadores não aceitam um Código de Trabalho que representa um grave retrocesso social!

Contratos a prazo

- imposição dos contratos sem qualquer limite de tempo.

Gravidez de risco

- licença de parto, antes do nasci-

mento remunerada actualmente a 100%, passaria a ser paga a 65%. mantém-se a licença de 120 dias para maternidade, mas desaparece o direito a mais 30 dias por cada gémeo.

Licença de paternidade

- deixariam de ser pagos os cinco dias utilizados pelo pai.

- seria eliminado o direito ao gozo de 6 horas/semana concedidas pela lei do trabalhador-estudante.

— o governo pretende limitar o direito à greve (e condicioná-la a determinados períodos do ano) e ainda impor sanções aos trabalhadores sujeitos à prestação de **serviços mínimos** durante o período de greve.

— o governo quer exigir ao(à) trabalhador(a) informações relativas à sua saúde, situação familiar e estado de gravidez.

— com este Código de Trabalho, poderia ser imposta ao trabalhador a transferência para outro local de trabalho.

— o governo quer destruir os sindicatos, quando pretende impedir a livre eleição, por parte dos trabalhadores.

Coimbra, 11 de Novembro de 2002

Texto distribuído aos Órgãos de Comunicação Social

- ***lutamos pelos nossos direitos! Por mais e melhores Serviços Públicos!***
- ***lutamos contra a privatização de serviços, funções e áreas da administração pública!***

UMA GRANDE GREVE. UMA LUTA IMPORTANTE

A SOLIDARIEDADE E A JUSTIÇA SOCIAL TÊM SIGNIFICADO

Há hora do fecho desta edição decorria a GREVE NACIONAL da Administração Pública, convocada para 14 de Novembro pela FENPROF e pela Frente Comum, com a participação de outras duas organizações sindicais da UGT.

Nesse mesmo dia a Assembleia da República aprovava um Orçamento profundamente restritivo, com a ameaça de congelamento das PROGRESSÕES NA CARREIRA em 2003 e de um tremendo ataque aos direitos dos trabalhadores da administração pública, nomeadamente no que toca às suas pensões de aposentação. O Governo, autor da proposta, debatia-se com ameaças de inconstitucionalidade em relação ao seu conteúdo e em relação à não existência prévia de negociação com as organizações sindicais.

Os últimos dias eram férteis em manobras de contra informação, com alguma comunicação social a apoiar, em relação à proposta de Código de Trabalho - o mais retrógrado e conservador diploma de trabalho apresentado nas últimas décadas. Sobre ele tentava-se passar a imagem de um Governo que ouve os parceiros, dando a ideia de que afinal o projecto seria melhor que

o ante-projecto. Nada poderia ser mais falso e demagógico, nada poderia ser mais traiçoeiro e manipulador.

Era neste clima, só para referirmos os aspectos mais abordados nas Escolas e nas muitas e muitas reuniões que fizemos com os professores (com uma presença que já não víamos há muito tempo), que a GREVE arrancava e dava sinais de ser uma expressiva acção de protesto contra a política deste Governo e um sério aviso em relação ao que o futuro poderia ditar.

14 de Novembro era, às primeiras horas da manhã, um dia para lembrar. Mas não o fim de todas as lutas.

Essa era a imagem que os partidos da maioria e o Governo (e algumas figuras pardas do “sindicalismo!”) pretendiam fazer passar: de que a luta acabaria com a aprovação do Orçamento de Estado; de que esta era a Greve Geral de todos os trabalhadores portugueses.

Desenganem-se os magos desta farsa!

Preparemo-nos todos para os embates que se seguirão!

É que a luta dos Trabalhadores Portugueses é uma luta pelo seu País. Em

nome da Justiça Social. Em defesa dos postos de trabalho e de um tecido produtivo e de uma administração pública modernos. Uma modernidade que tem de ter uma grande carga social, a pensar nas pessoas.

Porque, como diz o Secretário Geral da CGTP-IN, repetidamente, “não são as pessoas que têm de se adaptar às leis. São as leis que devem adaptar-se às pessoas.” E quando em política um Governo sabe que são as pessoas e a dignidade humana que estão em causa, mas opta pelo apoio a um patronato sem escrúpulos (e que nem representa a maioria dos empresários portugueses), então algo está mal e é nosso direito interrogarmo-nos sobre a sua legitimidade.

LL

CARTAZ DA GREVE (AZUL E AMARELO)



AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR AVALIAR O QUÊ, COMO E PARA QUÊ?

Isabel Hipólito
Educadora de Infância
Membro do Conselho
Executivo Instalador do
Agrupamento de Escolas de Soure
Dirigente do SPRC

A avaliação na educação pré-escolar tem estado na ordem do dia, embora, infelizmente, tal não aconteça pelos melhores motivos.

Entre paixões que, de tão platónicas, nem damos por elas e verdadeiras investidas contra os estabelecimentos de educação pré-escolar enquanto espaços onde, antes de mais, acontece educação, este sector tem vindo a percorrer um caminho cheio de percalços que, no entanto, não o têm impedido de se afirmar como primeira etapa da educação básica.

■ Quando falamos da importância da avaliação, seja em que nível de educação for, estamos a referir-nos a vários aspectos dessa avaliação: a avaliação enquanto diagnóstico, a avaliação dos processos e dos resultados da actividade educativa, a avaliação de competências das crianças e a avaliação do ambiente educativo dos estabelecimentos, entre outros.

Todos os docentes sabem que as perspectivas sobre avaliação têm vindo a sofrer uma importante evolução nos últimos tempos que se reflecte, inevitavelmente, na educação pré-escolar. Paralelamente, os estabelecimentos de educação pré-escolar e os seus docentes têm sido confrontados com uma nova realidade que decorre do “novo” regime de autonomia, administração e gestão das escolas e com a sua participação em órgãos que têm como competência, entre outras, a definição de critérios gerais sobre a avaliação de alunos. Se a necessidade da avaliação enquanto elemento integrante e regulador da prática educativa é consensual entre os educadores de infância, o registo de aspectos dessa avaliação e a sua transmissão aos encarregados



de educação e professores do primeiro ciclo tem levantado entre os educadores algumas objecções que se prendem, sobretudo, com o receio de “rotular” as crianças e, desta forma, contribuir de forma negativa para o seu percurso de vida. Um receio legítimo, se pensarmos na associação que quase sempre se faz entre avaliação e notação, enquanto quantificação de conhecimentos.

As questões da qualidade na educação têm sido, desde sempre, uma preocupação dos docentes deste sector e do SPRC. Atento a tudo o que à educação diz respeito, o SPRC, procurando dar resposta a questões colocadas pelos educadores de infância, organizou, no ano lectivo anterior, Encontros de Educação Pré-Escolar sobre esta temática, para as quais convidou vários especialistas na matéria. Nestas jornadas, que decorreram em toda a região centro, participaram várias centenas de educadores de infância que manifestaram ao SPRC a vontade de continuar a discutir a aprofundar estas questões. É neste sentido que o RCI decidiu organizar um conjunto de textos sobre Avaliação que divulga nos Cadernos Pedagógicos desta edição e que, esperamos, contribuirá para continuar a dignificar a educação pré-escolar, enquanto primeira etapa da educação básica, e os educadores de infância, enquanto docentes e agentes de práticas de desenvolvimento e qualidade.



A AVALIAÇÃO NOS DIFERENTES DIPLOMAS LEGAIS QUE ENQUADRAM A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Lúcia Fialho

Educadora de Infância
Inspectora de Educação

O Sistema Público de Educação Pré-Escolar foi criado pela Lei nº 5/77, de 1 de Fevereiro, tendo sido dado o primeiro passo para a sua regulamentação e enquadramento jurídico com a publicação do Estatuto dos Jardins de Infância, aprovado pelo Decreto-Lei nº 542/79, de 31 de Dezembro, ainda em vigor nalguns dos seus aspectos.

■ Já neste diploma a avaliação da actividade dos jardins de infância, assim como do desenvolvimento e mais concretamente das aprendizagens das crianças que os frequentavam, era considerada necessária para o seu desempenho, para atingir os objectivos a que se propunha este ramo da educação e para garantir “a articulação sequencial com o ensino primário”. Esta ideia prevalece em todos os diplomas e normas regulamentadoras subsequentes à criação que sustentaram a educação pré-escolar até 1997, ano em que alguns dos normativos e recomendações vieram a ser substituídos pela legislação agora em vigor.

A articulação entre a família e o jardim de infância preconizada no Estatuto dos Jardins de Infância, no

Artº 26º. As actividades dos jardins-de-infância serão organizadas e orientadas com base numa articulação permanente entre educadores e as famílias que possa assegurar a indispensável informação e esclarecimento recíprocos.

e no

Artº 27º. a) As famílias, organizadas ou individualmente, assegurem aos educadores uma informação correcta que facilite o conhecimento da criança e favoreça o seu acompanhamento;

b) Os educadores promovam as acções necessárias ao esclarecimento e sensibilização das famílias sobre os objectivos e métodos das diversas

etapas e fases das actividades.

assim como o desenvolvimento das actividades no

Art. 28º. 1 - Na prossecução dos objectivos definidos nos artigos 1.º e 2.º do presente estatuto, as actividades dos jardins-de-infância centrar-se-ão na criação de condições que permitam à criança, individualmente e em grupo, realizar experiências adaptadas à expressão das suas necessidades biológicas, emocionais, intelectuais e sociais.

2 - Em cada jardim-de-infância, as actividades serão objecto de planificação anual por objectivos nas grandes áreas do desenvolvimento da criança: afectivo-social, psicomotor e perceptivo-cognitivo.

3 - As actividades serão sempre realizadas de uma forma integrada.

apontam sempre para a avaliação, mesmo que nunca a refiram, dado que nenhum destes pontos é realizável sem que haja a avaliação das diferentes situações, do enquadramento familiar de cada criança e do desenvolvimento da mesma, enquanto avaliação diagnóstica, formativa e sumativa, no sentido (e apenas na medida possível para este nível de educação) que lhe é dado pelos Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, Despacho Normativo 30/2001, de 19 de Julho e Decreto-Lei nº 209/2002, de 17 de Outubro, aplicáveis ao ensino básico.

Acontece que este espírito da aval-



iação na educação pré-escolar foi evoluindo ao longo destes cerca de vinte anos da sua existência, preconizado pelos Normativos e Recomendações aos Educadores e outros diplomas e publicações internos, pelas diferentes acções de acompanhamento da rede pré-escolar e de formação contínua e apoio directo aos educadores de infância, no seu local de trabalho, realizados pelos serviços do Ministério da Educação, nomeadamente a Divisão de Educação Pré-Escolar, posteriormente Núcleo de Educação Pré-Escolar e Centros de Área Educativa. É de realçar o reforço da avaliação formativa e sumativa, desenvolvido nestas acções, no sentido da programação e planificação das actividades, da informação das famílias e da educação sequencial, ou seja do professor do primeiro ciclo que cada criança iria frequentar.

A avaliação com estas características prevalece nos novos diplomas publicados em 1997 para a educação pré-escolar.

Assim, se considerarmos, em primeiro lugar, a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro, podemos verificar que a avaliação, tal como atrás está caracterizada, é, não só induzida nos procedimentos de relação com as famílias,

Artº 4º - Participação da família

No âmbito da educação pré-escolar, cabe, designadamente, aos pais e encarregados de educação:

b) Desenvolver uma relação de cooperação com os agentes educativos numa perspectiva formativa;

como preconizada para todas as modalidades e vertentes do funcionamento dos estabelecimentos de educação.

Artº 20º - Avaliação

O Estado definirá critérios de avaliação da qualidade dos serviços prestados em todas as modalidades de educação pré-escolar.

Posteriormente, o Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho, que “estabelece o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar e define o respectivo sistema de organização e financiamento”, reporta-se à avaliação na mesma perspectiva a que nos temos vindo a referir, expressando a salvaguarda da qualidade do atendimento, o que, em nosso ver, implica que esta mesma avaliação se realize, já que, no jardim de infância, o atendimento é educação.

Artº 12º - Coordenação

2 - Ao educador de infância com-

pete ainda coordenar as actividades de animação sócio-educativa da sala de educação pré-escolar, devendo salvaguardar a qualidade do atendimento prestado às crianças.

Por outro lado, este mesmo diploma define as competências da direcção pedagógica, em que, mais uma vez, se reporta à avaliação de forma implícita.

Artº 13º - Direcção pedagógica

2 - Ao director pedagógico compete, nomeadamente:

a) Coordenar a aplicação do projecto educativo do estabelecimento de educação pré-escolar;

b) Coordenar a actividade educativa, garantindo, designadamente, a execução das orientações curriculares, bem como as actividades de animação sócio-educativa;

c) Orientar tecnicamente toda a acção do pessoal docente, técnico e auxiliar;

d) Organizar, de acordo com as normas de cada instituição, a distribuição do serviço docente e não docente;

e) Estabelecer o horário de funcionamento de acordo com as necessidades da família, salvaguardando o bem-estar das crianças e tendo em conta as normas de cada instituição.

Mas também o faz explicitamente no

o Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho, que “estabelece o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar e define o respectivo sistema de organização e financiamento”, reporta-se à avaliação na mesma perspectiva a que nos temos vindo a referir, expressando a salvaguarda da qualidade do atendimento





Artº 16º - Avaliação

1 - Os critérios de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar considerarão, entre outros:

a) A eficácia das respostas educativas e sócio-educativas de apoio ao desenvolvimento equilibrado da criança;

b) A qualidade pedagógica do funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, designadamente no domínio do desenvolvimento das orientações curriculares;

c) A qualidade técnica das infra-estruturas, dos espaços educativos e sócio-educativos, dos equipamentos e dos serviços prestados às crianças pelo estabelecimento de educação pré-escolar.

2 - Os critérios referidos no número anterior aplicam-se a todas as modalidades de educação pré-escolar e serão definidos por despacho conjunto dos Ministros da Educação e da Solidariedade e Segurança Social.

Reportando-nos agora às Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e tendo apenas em consideração o diploma legal, aprovado pelo Despacho nº 5220/97, de 4 de Agosto, sem analisar as formas implícitas de avaliação a que este se refere, cabe dizer que lhe dedica uma parte, no capítulo III - Orientações globais para o educador.

Avaliar

Avaliar o processo e os efeitos implica tomar consciência da acção para adequar o processo educativo às necessidades das crianças e do grupo e à sua evolução.

A avaliação realizada com as crianças é uma actividade educativa, constituindo também uma base de avaliação para o educador. A sua reflexão, a partir dos efeitos que vai observando, possibilita-lhe estabelecer a progressão das aprendizagens a desenvolver com cada criança. Neste sentido, a avaliação é suporte do planeamento.

Por fim, surge agora, ainda em forma de Proposta de Lei, um diploma que aprovará o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, desenvolvendo o regime previsto na Lei nº 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo. Com base nesta lei os estabelecimentos de educação e ensino terão que realizar a sua auto-avaliação e estarão sujeitos a avaliação externa. Pensamos tratar-se da prestação de contas, por parte das escolas, no âmbito do novo regime de autonomia, administração e gestão,

perante cidadãos e administração. A ser um facto, cada educador e cada professor terá que dedicar uma outra atenção à avaliação do seu trabalho e do progresso das suas crianças e alunos, porque nela assentará a avaliação da prestação do serviço da sua unidade de gestão.



**A avaliação realizada
com as crianças é uma
actividade educativa,
constituindo também uma
base de avaliação para o
educador. A sua reflexão,
a partir dos efeitos que vai
observando, possibilita-lhe
estabelecer a progressão
das aprendizagens a de-
senvolver com cada cri-
ança.**



AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR UM PERCURSO DE TRANSFORMAÇÕES

Maria Cristina Parente
Docente no Instituto de Estudos da Criança
Universidade do Minho

Não há muitos anos atrás a questão da avaliação - especialmente avaliação da criança - não fazia parte das crenças educacionais dos educadores de infância (Spodek e Saracho, 1997; Zabalza, 2000).

■ Diversos factores educacionais e sociais contribuíram para ampliar e renovar o interesse pela avaliação na educação pré-escolar transformando-a numa questão central na educação da criança pequena. De entre os factores que contribuíram para fazer ressaltar a questão da avaliação destacam-se:

a) as mudanças ao nível das concepções da avaliação com implicações nas práticas de avaliação;

b) as mudanças relativas ao conhecimento sobre como a criança aprende e se desenvolve;

c) mudanças nas metas e objectivos educacionais, o advento das Orientações Curriculares e a exigência de ligar a planificação e a avaliação;

d) mudanças no número e diversidade de crianças a frequentar a educação pré-escolar; e, ainda,

e) mudanças decorrentes da convivência das limitações de não avaliar ou avaliar inadequadamente.

O conjunto das mudanças atrás enunciadas concorrem para a emergência de significativas transformações ao nível da avaliação na educação pré-escolar.

O termo avaliação encerra, normalmente, uma variedade de aspectos e significações. É utilizado de tantas formas diferentes, em diferentes contextos e com diferentes objectivos, que pode significar quase qualquer coisa (Cizek, 1997). No âmbito da educação pré-escolar avaliar é «o processo de observar, registar, e outros modos de documentar o trabalho que a criança faz e como faz, como a base para a variedade de decisões educacionais



que afectam a criança, incluindo planear para grupos e crianças individuais e comunicar com os pais» (Bredenkamp e Rosengrant, 1993). A concepção subjacente à definição anteriormente apresentada pressupõe um conjunto de procedimentos de avaliação e estruturas organizacionais que se afastam dos procedimentos de avaliação tradicionais muito ligados à medida e centrados nos produtos de aprendizagem. Envolve procedimentos de avaliação autêntica que apreciam a criança no próprio processo de realização das tarefas reais do seu quotidiano e com relevância para o seu desenvolvimento e aprendizagem. Utiliza procedimentos descritivos baseados na realização da criança e, consiste em documentar o trabalho realizado no dia a dia por cada criança e em documentar o desenvolvimento e a aprendizagem de cada criança.

Mas, «avaliar é mais do que coleccionar informações, é uma colecção realizada com um objectivo» (Salvia e Yesseldyke, 1995, citado por McAfee e Leong, 1996, p. 29). A mais fundamental e básica razão para avaliar é identificar onde está a criança em termos de desenvolvimento e aprendizagem e apreciar os progressos e mudanças verificadas ao longo do tempo. Esta informação é usada, em primeiro lugar, para planificar e adequar as oportunidades de aprendizagem, as actividades e as estratégias de modo a que estas respondam aos interesses individuais e necessidades desenvolvimentais das crianças. Também pode ser usada para relatar aos pais os progressos realizados e para fornecer evidências das aprendizagens às crianças e aos pais. Pode, ainda, ser utilizada para identificar problemas de desenvolvimento e

fundamentar a elaboração de relatórios das crianças que necessitem de alguma ajuda especial.

No contexto da avaliação realizada na educação pré-escolar a observação desempenha um papel fundamental. A observação directa, de crianças envolvidas em situações e actividades desenvolvimentalmente adequadas, é um procedimento útil para obter informações relativas ao desenvolvimento da criança e às áreas de conteúdo que são depois utilizadas para a adequação dos objectivos e para a planificação das actividades para cada criança e para o grupo. A desejada qualidade da educação pré-escolar acentua a necessidade da intencionalidade educativa «... o que implica uma organização intencional e sistemática do processo pedagógico, exigindo que o educador planeie o seu trabalho e avalie os processos e os efeitos no desenvolvimento e nas aprendizagens da criança » (Ministério da Educação, 1997, p. 18). A informação obtida e documentada através da observação sistemática pode ser exacta, precisa e significativa para os educa-

A mais fundamental e básica razão para avaliar é identificar onde está a criança em termos de desenvolvimento e aprendizagem e apreciar os progressos e mudanças verificadas ao longo do tempo.

dores de infância porque é realizada no contexto natural e autêntico dos acontecimentos providenciando informação que ajude o educador a melhor responder às necessidades e interesses da crianças.

No contexto da avaliação autêntica assiste-se também a uma mudança ao nível dos papéis normalmente desempenhados no processo de avaliação. Os educadores de infância tendem a envolver-se de forma mais intencional porque os resultados da avaliação lhes permite conhecer melhor as crianças e avaliar o seu próprio trabalho promovendo o seu crescimento profissional e são, ainda, úteis para suportar a continuidade do processo educativo. As crianças deixam de ter um papel passivo assumindo um papel mais activo e podem, neste processo, descobrir que os seus esforços são valorizados. Os pais deixam de ser receptores passivos dos resultados de avaliação e passam a colaborar em todo o processo. Podem contribuir com os seus conhecimentos sobre a criança e na elaboração de registos ao longo de toda a experiência educacional. "Os pais não podem apenas ser vistos como receptores dos resultados da avaliação mas também como participantes de forma colaborativa no processo" (Zabalza, 2000). Conhecer os objectivos e os projectos educativos e pedagógico, ter informações sobre o que está a acontecer e o que os seus filhos experienciam e colaborar no processo de avaliação facilita a compreensão e a valorização da componente educativa do jardim de infância e promove a confiança dos pais no profissional de educação de infância e na educação pré-escolar.

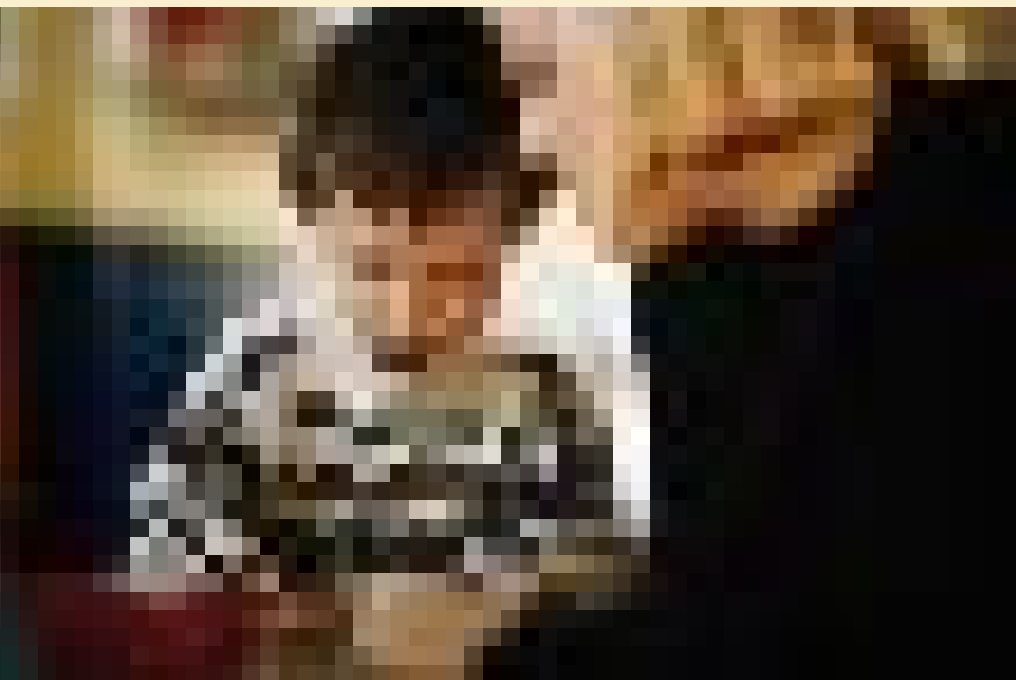
Referências Bibliográficas

Bredenkamp, S. e Rosengrant, T. (Eds.). (1993). *Reaching potentials: Appropriate curriculum and assessment for young children* (Vol. 1). Washington, DC: National Association for the Education of Young Children.

Cizek, G. J. (1996). Learning, achievement, and assessment: Constructs at a crossroads. In G. D. Phye (ed.), *Handbook of classroom assessment: learning, achievement, and adjustment*. (pp. 1-33). San Diego: Academic Press.

Gullo, D. F. (1994). *Understanding assessment and evaluation in early childhood education*. New York: Teachers College.

McAfee, O e Leong, D. (1996). *Assessing and guiding young children's development and learning*. Boston: Allyn





& Bacon

Ministério da Educação -DEB.
(1996). Orientações curriculares para
a Educação Pré-Escolar. Lisboa:
Autor

Oliveira-Formosinho, J. (2002).
A avaliação alternativa na educação
de infância. In J. Oliveira-Formosinho
(Org.), A supervisão na formação de
professores I: Da sala à escola (pp.
144 -164). Porto: Porto Editora.

Parente, C. (2002). Observação:
Um percurso de formação, prática e
reflexão. In J. Oliveira-Formosinho
(Org.), A supervisão na formação de
professores I: Da sala à escola (pp.
166 -216). Porto: Porto Editora.

Spodek, B. & Saracho, O. (1997).
Issues in early childhood educational
assessment and evaluation. New
York: Teachers College.

Spodek, B. e Saracho, O (1998).
Ensinando Crianças dos 3 aos 8
anos. Porto Alegre: Artes Médicas.

Zabalza, M. (2000). Evaluación
en Educación Infantil. Perspectivar
Educação, 6, 30-55.

Zabalza, M. (1996). Calidad en
la educación infantil. Madrid:Narcea
Ediciones.

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA ... ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Carmen Pilré

Educadora de Infância

Docente na Escola Superior de Educação de Portalegre

■ No decurso da nossa actividade profissional somos confrontados com exigências inerentes ao desenvolvimento da profissão. São esperadas competências concretas sobre as quais devemos reflectir permanentemente, no sentido de questionar, reorganizar, reformular, para intervir perspectivando uma educação de qualidade.

Uma destas competências concretas é a capacidade de avaliar, expressa nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (1997, pg. 27): “Avaliar o processo e os efeitos, implica tomar consciência da acção para adequar o processo educativo às necessidades das crianças e do grupo e à sua evolução.” e igualmente explicitada no Decreto-lei n.º 241/2001, de 30 de Agosto - Perfil Específico de Desempenho Profissional do Educador de Infância, II, ponto 3, alínea c): “Avalia, numa perspectiva formativa, a sua intervenção, o ambiente e os processos educativos adoptados, bem como o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo”.

Assim, a avaliação, tem que ser um reflexo do processo educativo adoptado, ou seja, ela constitui um dos componentes do desenvolvimento curricular e exige competências essenciais dos profissionais de educação, nomeadamente: -saber o que se quer avaliar, definido com o máximo rigor; -encontrar critérios de avaliação; -recolher dados, elementos concretos e posteriormente analisá-los, compará-los e discuti-los; -tirar conclusões claras, que encaminhem para a reformulação com qualidade das práticas. Para o desenrolar deste processo é necessário não “perder de vista” os princípios curriculares que adoptamos, o conhecimento que temos da comunidade em que desenvolvemos a nossa actividade,...

Avaliar pressupõe uma atitude de sistematicidade, pois não basta ter uma “impressão geral” de como ocorre o desenvolvimento de uma criança, do processo de ensino-aprendizagem, da relação com as famílias; é necessário intervir, observar, recolher informação, reflectir sobre ela, rever o processo para modificar e alargar. A avaliação deve ser encarada como um sistema em si mesma, na medida em que é constituída por um conjunto de elementos que são interdependentes:

CONTEÚDO: O QUE QUEREMOS AVALIAR?

- O processo de ensino - aprendizagem.
- A prática educativa
- O desenvolvimento das capacidades das crianças

OBJECTIVO: PARA QUÊ AVALIAR?

- Assinalar o grau em que se vão alcançando as diferentes capacidades.
- Orientar as medidas de reforço ou as adaptações curriculares necessárias.
- Contribuir para melhorar a actividade educativa e servir de ponto de referência na planificação e desenvolvimento dos processos de ensino - aprendizagem.

CARACTERÍSTICAS: COMO AVALIAR?

- A avaliação será global, contínua e formativa.
- Sem carácter de promoção nem de classificação da criança.

TEMPO: QUANDO AVALIAR?

- Avaliação inicial.
- Avaliação contínua.
- Avaliação final.

TÉCNICAS: COM O QUE VAMOS AVALIAR?

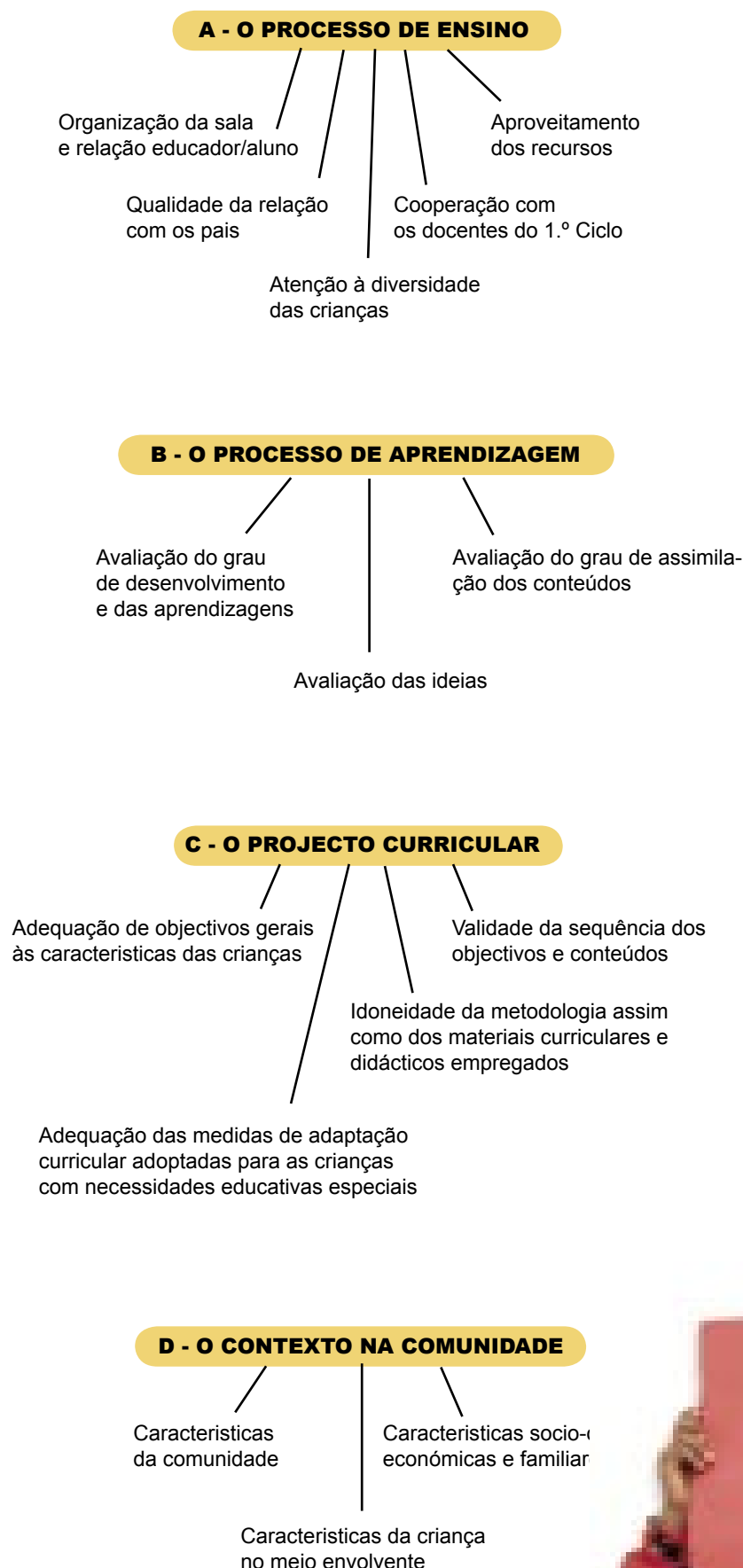
- Escalas de observação.
- Registos.
- Diários de classe.
- Outros: entrevistas, assembleias, trabalhos,...

CONSEQUÊNCIAS: UTILIDADES DA AVALIAÇÃO

- Ajustar os processos de ensino - aprendizagem.
- Modelar a prática curricular.



Gostaríamos, ainda, de referir alguns dos aspectos que o educador deve avaliar:



Conscientes de que o processo de avaliação é exigente e complexo, sugerimos que se encontrem espaços e tempos de discussão, onde sejam partilhadas as diferentes experiências e formas para avaliar.

E que sobretudo, construamos, em equipa, entendimentos que encaminhem para uma avaliação de qualidade e rigor, que só assim será necessariamente formativa.

“Avaliar exige a capacidade de auto-ctritica, de trabalho em equipa, de confronto, de objectividade, de rigor. Exige profissionalismo.”

“Avaliar é uma atitude enquanto predisposição para rever e reprojec-tar.” (Moita, 1987).

Bibliografia consultada:

-MOITA, M.^a C. (1987). “O Acto Pedagógico e a Avaliação.”. Cadernos de Educação de Infância, n.º 3. Lisboa. A.P.E.I. (Associação de Profissionais de Educação de Infância).

SILVA, M.^a I. L. (1997). “Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar”. Lisboa. Editorial do Ministério da Educação.

-ZABALZA, M.A. (1987). “Áreas, Medios y Evaluación en la Educación Infantil”. Madrid. Narcea, S. A. de Ediciones.





NÃO É TEMPO DE HESITAÇÕES! VAMOS APOIAR UMA VASTÍSSIMA ACÇÃO CÍVICA EM DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS

■ “Dada a actual correlação de forças político-partidárias, corre-se o risco de ver a nova proposta de Lei da Segurança Social aprovada pela maioria parlamentar (a votação global no Parlamento estava agendada para 17 de Outubro), com todas as consequências negativas que decorreriam de uma tal aprovação, tanto para os actuais beneficiários do sistema como para o próprio modelo de sociedade de que a Segurança Social é um pilar fundamental”, alertava a economista Manuela Silva ao intervir na “Tribuna” de discussão com sindicalistas, realizada no passado dia 4 de Outubro,

no auditório da CGTP, em Lisboa.

Mas porque o tempo não é de cruzar braços ou hesitar, a Profª Manuela Silva avançou uma proposta que logo ali recebeu o apoio dos convidados e dos participantes no debate:

“Julgo que se deveria desencadear, desde já, uma vastíssima acção cívica, consubstanciada em documento assinado a enviar ao Presidente da República na sua qualidade de supremo magistrado da Nação, solicitando o recurso à magistratura de influência e, se necessário, ao veto presidencial, a fim de preservar direitos sociais funda-

mentais do povo português bem como o património da Segurança Social”.

“Afinal, é aos trabalhadores, mais do que a qualquer outro segmento da sociedade, que importa defender a sustentabilidade do sistema de segurança social e de todo o edifício da protecção social pública porque correspondem a uma conquista sua, feita de luta e de sofrimento, e que depois se tornou num dos traços distintivos das sociedades que se afirmam democráticas e solidárias!”, como observou Leonor Guimarães, profunda conhecedora destas matérias, na “Tribuna” realizada pela CGTP.

Os trabalhadores e as suas organizações representativas vão, certamente, cerrar fileiras e reforçar uma campanha de esclarecimento, dinamizando uma forte corrente de opinião pública em defesa da Segurança Social.

A “Paixão” de Bagão não serve o País!

**MOVIMENTO CÍVICO DE
DEFESA DO SISTEMA PÚBLICO
DA SEGURANÇA SOCIAL**

ABAIXO ASSINADOR

Solicito a Sua Excelência o Presidente da República que, no uso das suas poderes que a Constituição da República Portuguesa lhe atribui no âmbito do processo legislativo, tome as medidas que considerar mais adequadas para que a Proposta de Lei 20/IX, de 04 de Julho de 2002, não entre em vigor sem um prévio e amplo debate nacional sobre o futuro da Segurança Social e o direito fundamental do povo à Segurança Social.

N.º	NOME	PROFISSÃO
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		

Associação Nacional de Escolas
Profissionais do Ensino Secundário

Associação Nacional de Escolas Profissionais do Ensino Secundário

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

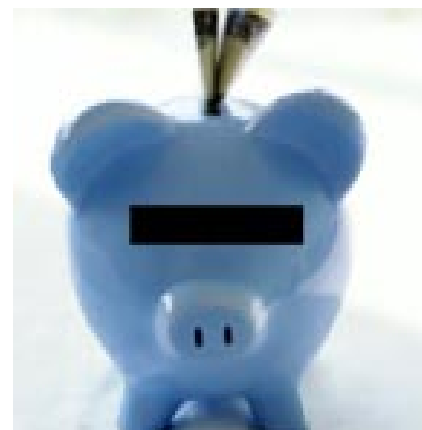
CGTP-IN EXIGE QUE GOVERNO ESCLAREÇA SITUAÇÃO DO FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

1. O Governo deve esclarecer os trabalhadores e a opinião pública sobre a situação do fundo de reserva da segurança social. Por um lado, a Proposta de Orçamento da Segurança Social para 2003 indica um corte nas transferências de cotizações sociais para este fundo, sem que seja dada informação que justifique este corte. Por outro, a CGTP-IN tem conhecimento de que não têm sido transferidas, na sua totalidade, verbas do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social a favor do fundo de reserva, de acordo com o que estabelece a legislação.

2. O Governo corta na transferência de verbas para o Fundo de reserva da segurança social, que deveria ser de 2 dos 11 pontos percentuais das contribuições dos trabalhadores (DL 331/01, art. 13.º). A transferência prevista é de 463 milhões de euros quando no ano passado foi de 685 milhões de euros. Se tivermos em conta que estão orçamentadas 10138 milhões de euros de contribuições, vem-nos que esta verba não deveria ser inferior a 611 milhões de euros.

3. Verifica-se ainda não estar prevista qualquer transferência do saldo do regime geral que, nos termos da legislação em vigor e da prática verificada nos últimos anos, deve reverter a favor deste fundo. As razões não são explicadas. A Proposta de Orçamento de Estado para 2003 deveria conter informação discriminada por regimes (regime geral, regimes não contributivos, regime especial dos agrícolas, etc.) para aferir da sua situação financeira. Mas isso não é feito, representando a Proposta de OE um retrocesso face à do ano passado.

4. A CGTP-IN salienta o facto do regime geral de segurança social (subsistema previdencial, nos termos da Lei de Bases em vigor) ter apresentado saldos positivos. Estes saldos situaram-se entre 100 a 200 milhões de contos, mesmo sem o cumprimento integral da lei de Bases quanto ao financiamento dos regimes não contributivos e equiparados. Para 2002 o saldo previsto é de 239,4 milhões de euros, sendo a quebra explicada pela redução de receitas de contribuições do regime geral, devido á transferência de contribuições para o



Para 2002 o saldo previsto é de 239,4 milhões de euros, sendo a quebra explicada pela redução de receitas de contribuições do regime geral, devido á transferência de contribuições para o fundo de reserva.

Conta do Regime geral

Milhões de contos

	2000	1999	1998	1997	1996
Receitas	1996,8	1845,7	1704,8	1593,8	1362,0
Receitas correntes	1867,7	1712,4	1589,0	1474,2	1327,6
- das quais: contribuições	1758,1	16-10	1484,6	1372,7	1221,3
Receitas de capital	19,3	1,8	2,7	4,8	5,4
Transf. Correntes	19,3	31,6	13,1	14,8	29,0
Despesas	1801,7	1638,0	1523,4	1423,4	1258,5
Despesas correntes	1569,0	1439,7	1332,6	1252,4	1187,8
- das quais: prestações	1520,0	1392,6	1289,6	1213,2	1151,6
Despesas capital e tranf.	232,7	198,4	190,8	173,4	70,7
- das quais: FEFSS	132,9	113,9	113,2	104,0	4,7
Saldo	195,1	207,7	181,4	168,1	103,5

FONTE: IGFSS, Conta da Segurança Social; dados de 2000 na Internet (www.dgo.pt)

fundo de reserva. Relativamente a 2003, não se dispõe de informação sobre o regime geral, mas o saldo global da segurança social apresentado pelo Governo é positivo: é de 661 milhões de euros, o que representa 0,5% do produto.

5. A transferência dos saldos positivos dos regimes contributivos permitiu a constituição de importantes reservas geridas pelo Instituto de Gestão de Fundos da Fundo de capitalização da Segurança Social (IGFCSS), sendo este um importante instrumento de sustentabilidade financeira do sistema. No final de 2001, o capital acumulado (capitais próprios) ascendia a cerca de 3,8 mil milhões de euros (760 milhões de contos) o que equivalia a 3,1% do PIB. A Lei de bases da Segurança Social veio reforçar esta sustentabilidade ao prever a transferência para o fundo de reserva de um valor de 2 a 4 pontos percentuais da responsabilidade dos trabalhadores. O DL 331/01 de 20.12 fixou esse valor em 2% e o OE para 2002 determinou a transferência dessas verbas. É isto que o actual Governo põe agora em causa.

6. Por um lado, porque se prevê não transferir em 2003 as verbas de cotizações dos trabalhadores (os referidos 2%) na sua totalidade. A Proposta de OE fala em transferir "até 2%". A CGTP-IN pensa que não há razões económicas que fundamentem o não cumprimento da Lei de Bases sob a invocação de situações económicas graves. As receitas de contribuições tiveram um abrandamento em 2002 depois de um forte crescimento nos anos anteriores; ainda assim, o crescimento previsto é de 4,7% este ano e de 4,8% em 2003. Além disso, a segurança social tem este ano um aumento das transferências do OE em mais de 30%.

7. Por outro lado, a CGTP-IN tem conhecimento que este ano o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (ICFSS) não está a transferir as verbas para o IGFCSS a que legalmente está obrigado, não sendo dada qualquer informação aos trabalhadores e à opinião pública. Saliente-se, em particular, que o Conselho Geral do IGFFF efectuou uma única reunião nos últimos anos e só depois de protestos da CGTP-IN pelo não funcionamento desta estrutura de participação.

8. A CGTP-IN considera a actual situação profundamente grave, porque entende que o Governo está a pôr em causa a sustentabilidade financeira do sistema. Esta situação deve ser lida num quadro preocupante da política económica e social do Governo actual cujos

efeitos na segurança social poderão ser profundamente negativas, devendo-se salientar:

- a retenção na actividade económica, que as medidas contidas na Proposta de OE para 2003 poderão agravar;
- uma política que visa a redução dos salários reais, a qual terá implicações na evolução das contribuições;
- o agravamento do desemprego com efeitos no aumento da despesa e na baixa de receitas;
- a intenção de recorrer a medidas que reduzam as contribuições, através da criação de um tecto contributivo;
- a não transferência integral de verbas do OE para a segurança social, com o risco de se retomar o ciclo dos Governos cavaco Silva, que descapitalizaram profundamente a segurança social, formando-se uma dívida do Estado que não foi paga;
- o aumento das dívidas de contribuições de empresas.

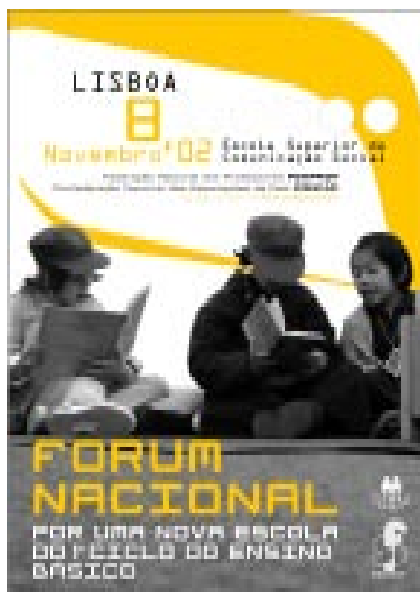
A CGTP-IN tem conhecimento que este ano o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (ICFSS) não está a transferir as verbas para o IGFCSS a que legalmente está obrigado, não sendo dada qualquer informação aos trabalhadores e à opinião pública.



FÓRUM NACIONAL “POR UMA NOVA ESCOLA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO”

LISBOA, 8 DE NOVEMBRO'02

PROMOVIDO PELA FENPROF E PELA CONFAP



A FENPROF e a CONFAP realizaram no passado dia 8 de Novembro o Fórum Nacional “Por uma Nova Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico”, em Lisboa, na Escola Superior de Comunicação Social, com a presença de professores dos diversos níveis de Educação e de Ensino, autarcas, membros das associações e federações de pais e representantes de outros sindicatos, nomeadamente da Função Pública, dos Inspectores. A CGTP-IN esteve representada por Manuel Carvalho da Silva e Maria do Carmo Tavares.

O Fórum aprovou uma Declaração Pública que corresponde ao culminar de um longo trabalho de concertação entre a FENPROF e a CONFAP, a muitos meses de debates nas escolas e com os encarregados de educação e corresponde

a um significativo avanço no plano da intervenção cívica dos professores do 1.º ciclo com os pais e encarregados de educação.

■ Depois de duas mil e nove organizações de todo o país terem subscrito o Manifesto “Por uma Nova Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico”, já entregue ao Ministro da Educação no passado dia 28 de Maio e passados cerca de seis meses sobre esta data, nenhuma medida concreta foi tomada ou anunciada para renovar a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico.

David Justino revela ter dupla personalidade, já que enquanto deputado, apresentou e defendeu na Assembleia da República dois projectos de lei que a CONFAP e a FENPROF consideraram e consideram um bom ponto de partida para a negociação de medidas que avancem no sentido de uma profunda renovação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, para enquanto Ministro da educação, desenvolver uma política totalmente oposta às intenções então manifestadas.

O próprio Orçamento de Estado apresentado pelo Governo na Assembleia da República deixa adivinhar, mesmo, um futuro muito difícil e de degradação das condições de trabalho dos alunos e de exercício da profissão docente, nomeadamente pelas declaradas intenções do Ministério da Educação avançar para a municipalização da educação, com uma reorganização da rede escolar precipitada e guiada apenas por razões economicistas.

Por estes motivos, a Declaração Pública agora aprovada avança propostas concretas para este sector de ensino e lança o repto de quem quer que a Educação seja verdadeiramente uma prioridade apresentando propostas concretas para as efectivar.

Neste quadro e em relação à reestruturação da rede, a Declaração sugere:

“a) o estabelecimento de consensos



com as populações.

Ao Ministério da Educação, não basta obter o acordo das autarquias locais. Um processo deste tipo exige diálogo, negociação e concertação com as comunidades envolvidas e, sobretudo, implica que seja assegurado às famílias que as crianças passam a frequentar uma escola melhor, que viabilize respostas educativas e sociais que uma educação de qualidade exige.

b) a salvaguarda de razoabilidade nas deslocações das crianças na tripla vertente: conforto/segurança, duração dos percursos e distâncias a percorrer;

c) o desenvolvimento de um processo específico de negociação sobre todas as questões profissionais decorrentes do reordenamento da rede escolar.

d) a construção, a curto prazo, de Centros Escolares de maior dimensão que, de facto, correspondam a uma Nova Escola.

Este caminho exige que esses novos estabelecimentos de ensino sejam dotados de espaços, serviços, equipamentos e recursos humanos e materiais que claramente rompam com a situação actual. Refeitórios, pavilhões desportivos, campos de jogos, salas específicas de educação musical, expressão plástica, informática, serviços administrativos, equipamentos audiovisuais, biblioteca, mediateca e material pedagógico adequado têm que fazer parte dessa Nova Escola.

De igual forma, essa Nova Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico deve assentar a sua organização pedagógica em equipas educativas, que promovam novos percursos pedagógicos e reforcem o sucesso escolar e educativo das crianças.”

Depois de caracterizar a situação actual em matéria de recursos humanos, financeiros e materiais, a Declaração avança para propostas concretas, materializáveis em medidas urgentes, responsabilizando, nesta matéria, o Governo, a Assembleia da República e as Autarquias:

“ - aprovação e execução de um plano nacional de emergência que permita a recuperação e humanização das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e o seu apetrechamento com os materiais e equipamentos pedagógicos que faltam na maioria das escolas;

- aprovação de uma Lei de Financiamento dos estabelecimentos públicos

da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, que estabeleça regras claras, universais e transparentes que suportem, com rigor, os orçamentos a atribuir a todas as escolas e seus agrupamentos;

- redimensionamento das turmas do 1º Ciclo do Ensino Básico por forma a que sejam constituídas por dezanove alunos, no máximo vinte. As turmas que integrem crianças com necessidades educativas especiais ou com mais de dois anos de escolaridade devem ser constituídas, no máximo, por doze ou quinze alunos respectivamente;

- garantia de que todas as crianças com necessidades educativas especiais tenham direito à educação na chamada escola regular, com todos os apoios educativos e complementares necessários ao seu sucesso educativo, numa perspectiva de educação inclusiva e no respeito pelos princípios defendidos nas Declarações de Salamanca e de Madrid;

- institucionalização de um crédito global de horas que permita o regular funcionamento das associações de escolas, para que esta nova realidade não seja uma mera reorganização administrativa;

- reorganização do modelo de docência no 1º Ciclo do Ensino Básico com a constituição de equipas educativas que permitam a melhoria da qualidade da acção educativa em todas as áreas curriculares;

- criação de quadros de pessoal não docente em todas as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico;

- institucionalização do serviço de refeições para todas as crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico;

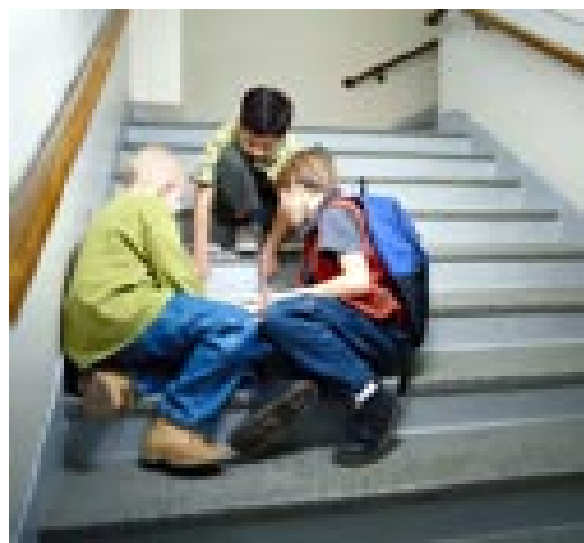
- promoção por parte do Estado, com intervenção dos poderes central e local, de respostas de qualidade para a ocupação de tempos livres das crianças que frequentam o primeiro ciclo da escolaridade básica;

- criação de condições à participação das famílias na vida escolar, facilitando o seu envolvimento no processo formativo dos seus filhos e educandos;

- aprovação de regras universais para a tramitação dos processos individuais dos alunos entre todos os sectores de educação e ensino por forma a facilitar a continuidade pedagógica;

- concretização do direito constitucional à gratuitidade dos manuais escolares;”

O texto integral da Declaração Pública aprovada no Fórum pode ser consultado em: www.sprc.pt



Depois de caracterizar a situação actual em matéria de recursos humanos, financeiros e materiais, a Declaração avança para propostas concretas, materializáveis em medidas urgentes, responsabilizando, nesta matéria, o Governo, a Assembleia da República e as Autarquias:

ELEITAS COMISSÕES SIN- DICAIS PROFESSORES CONTRATADOS PREPARAM-SE PARA A LUTA!

Realizaram-se no dia 31 de Outubro, em todos os distritos da região centro, plenários de professores contratados e desempregados. Com a participação de cerca de três centenas de docentes, os plenários aprovaram, por unanimidade, uma moção e elegeram comissões sindicais distritais de professores contratados e desempregados, tendo manifestado uma grande disponibilidade para a luta reivindicativa e para a organização de acções com vista à resolução da grave situação de instabilidade profissional que grassa nos professores, enquanto o Governo continua a não apresentar quaisquer soluções para um problema que afecta dezenas de milhar de portugueses (os próprios professores e as suas famílias).

O Sindicato dos Professores da Região Centro regozija-se com a atitude reivindicativa destes professores e exige do Ministério da Educação a tomada de medidas para a sua vinculação.

Junto enviamos a Moção aprovada por unanimidade.

MOÇÃO

■ Os Professores e Educadores desempregados e contratados, reunidos em Plenários, nas cidades de Viseu, Guarda, Castelo Branco, Aveiro, Coimbra, Leiria, a 31 de Outubro'02, por iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro, tendo presente a grave situação de instabilidade profissional e social em que vivem e as opções políticas que o Governo vem assumindo, decidem:

1. Reafirmar a exigência do estabelecimento de um mecanismo legal que consagre o vínculo dos docentes à administração pública sempre que atingem dois anos de serviço;

2. Exigir do Governo a criação de condições para melhorar a qualidade do serviço público de educação, favorecendo, também por esta via, políticas activas de emprego, nomeadamente:

- alargando os quadros em função das reais necessidades das escolas e agrupamentos;
- reduzindo o número de alunos por turma;
- aumentando o crédito global de horas para o desempenho de funções nas escolas/agrupamentos de escolas e para o desenvolvimento de actividades de reforço e de complemento curricular;
- alargando a rede pública de Educação Pré-Escolar, por forma a que todas as crianças e ela tenho acesso;
- retomando a constituição do par pedagógico nas áreas do 3º CEB em que a reorganização curricular as prevê;
- combatendo activamente o insu-

cesso e o abandono escolar precoce;

- institucionalizando equipas educativas no 1º CEB;
- aprovando os projectos que as escolas apresentam;
- desenvolvendo o ensino recorrente e as outras formas de aprendizagem ao longo da vida;
- criando mais apoios educativos para os alunos com necessidades educativas especiais, promovendo também dessa forma uma escola verdadeiramente inclusiva;

3. Exigir do Ministério da Educação medidas legislativas que proibam as acumulações em escolas privadas enquanto na área do respectivo CAE existam professores desempregados;

4. Continuar a apresentar estas reivindicações aos responsáveis do Ministério da Educação e ao Primeiro Ministro quando estes se deslocem à região centro do país e seja possível organizar o protesto dos docentes;

5. Manifestar disponibilidade para participar nas acções de luta e protesto que o SPRC, a FENPROF e CGTP venham a agendar;

6. Afirmar o seu empenhamento na mobilização para uma forte participação dos profissionais da educação nas acções de luta para onde as políticas anti-sociais do Governo vêm empurrando os profissionais da educação e os restantes trabalhadores portugueses.

SAMPAIO DIZ QUE FUTURO ESTÁ NA EDUCAÇÃO

ARTIGO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE 22 DE OUTUBRO DE 2002

■ Da boca do Sr. Presidente da República saem palavras convincentes, encorajadoras: “Sem bons alunos nem bons profissionais, Portugal não sai da cepa torta”... “a aposta decisiva para os próximos dez anos, é saber se vamos ter rapazes e raparigas preparados para os desafios que aí vêm”... “é fundamental fortalecer o diálogo entre pais, alunos e professores”... “Não podemos pedir tudo à escola. O movimento global das comunidades educativas é muito importante”... “decisiva é a valorização do sistema público de educação dado o estado do País e as dificuldades com que as famílias se deparam”.

Palavras que assentariam bem numa pauta com notas próprias e consonantes para cada uma delas. Teríamos um arranjo pleno de harmonia. As notas para tais palavras são elaboradas pelo ME. A música não se faz ou soa tão alta que as palavras não se ouvem. A música do ME não encaixa nas palavras do Presidente. É dissonante.

O ME não estima os seus profissionais, não estimula o diálogo, não incentiva o movimento das comunidades educativas, não valoriza, de forma decisiva, o sistema público de educação e não facilita, dado o estado do País, a vida das famílias com dificuldades. Tudo às avessas.

Para o ME, para o Governo, ao contrário do que diz o Presidente, o futuro não está na Educação. O futuro está convincentemente plasmado na “moral” e nos “bons costumes” do “bom” Povo Portu-

guês. Nos casinos. Triste sina, triste futuro, Sr. Presidente.

Não há música para a letra. Não se pode cantar. Não se pode dançar. Queríamos tanto cantar e dançar...

Paulo Santos

A música não se faz ou soa tão alta que as palavras não se ouvem. A música do ME não encaixa nas palavras do Presidente. É dissonante.

Sampaio diz que futuro está na educação

■ A educação e a formação profissional são, neste momento, e segundo o Presidente da República, as questões centrais do País. «Sem bons estudantes nem bons profissionais, Portugal não sai da cepa torta», disse ontem Jorge Sampaio, aquando de uma visita às escolas secundárias D. João de Castro e Rainha D. Amélia, integrada nas comemorações do primeiro dia escolar dos pais e da escola. Para Sampaio, «a aposta decisiva para os próximos dez anos, é saber se vamos ter rapazes e raparigas preparados para os desafios que aí vêm». Perante uma plateia repleta de estudantes, o chefe de Estado revelou ter esperança que esta geração seja melhor que a sua, mas também, considerou, para que tal aconteça é fundamental fortalecer o diálogo entre pais, alunos e professores. «Não podemos pedir tudo à escola. O movimento global das comunidades educativas é muito importante», referiu. Decisiva, disse ser ainda a valorização do sistema público de educação «dado o estado do País e as dificuldades com que as famílias se deparam». Já em relação ao

ranking elaborado para as escolas secundárias, Jorge Sampaio disse aos jornalistas que este «tem de servir de estímulo e não de discriminação». Aquilo que preocupa o Presidente, é que haja ainda muitos que não conclamem o 9.º ano ou que não entrem para a faculdade.

RELIGIÃO OFICIAL DO ESTADO, A CATÓLICA, E O PROFESSOR NÃO TEM ÉTICA

■ A Exma Senhora Secretária de Estado da Educação, Mariana Cascais, não consegue enganar a estrutura profunda do seu pensamento quando nas escolas ou no parlamento emite sons, construções fonológicas, elocuições frásicas, demonstrativas da suas ideias mais cristalinas.



O Dr. Paulo Portas desistiu de, à luz do dia, com os seus “imensos” correligionários, alguns dos quais com assento parlamentar, destruir a Educação em Portugal, decidiu, ao invés, colocar a Senhora Secretária da Educação, no interior do ME, para que procedesse, paulatina e metodicamente à sua implosão.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA PAMPILHOSA DA SERRA ACUSA PROFESSORES DO SEU CONCELHO LAMENTÁVEL E TRISTE

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra

Num momento em que tanto se fala da transferência de novas competências para as autarquias, chegando alguns fundamentalistas do processo a defenderem a transferência de responsabilidades no âmbito da tutela do pessoal docente - que recusamos - foi com fundada preocupação que lemos algumas declarações que o Diário As Beiras atribui a V. Ex.^a, sob o subtítulo “Vigiem os professores”.

Estamos certos que este subtítulo não corresponde a nenhuma expressão usada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, mas estamos em crer, igualmente, que tudo o que a seguir se reproduz, designadamente entre aspas, não só corresponde ao seu pensamento como às suas palavras.

E entre diversas afirmações que são transcritas retemos as acusações de fraude e vigarice atribuídas a professores que, sendo efectivos nesse concelho, exercem funções, de facto, noutros concelhos. Mais adiante, acrescenta, refere que os professores se estão borrifando para os alunos. E ficamos por aqui, uma vez que outras declarações que são reproduzidas se referem a aspectos que são do domínio da opinião, pelo que em relação a essas nos escusamos de comentar.

É pena, lamentável e triste que V. Ex.^a em vez de procurar as verdadeiras razões que levam à não fixação dos professores no concelho da Pampilhosa da Serra prefira acusar os docentes de fraudulentos, vigaristas e irresponsáveis (atitude implícita na acusação de se estarem “borrifando”). De facto não há qualquer fraude nem vigarice na deslocação dos docentes, há mecanismos de concurso que o permitem. Se estão correctos ou não, essa é uma questão que pode ser discutida, porém, sendo mecanismos com consagração legal não podem aceitar-se as expressões que o senhor presidente utiliza e que atentam contra a dignidade dos professores. São afirmações deste tipo que reforçam a nossa posição de recusa absoluta de qualquer transferência de tutela dos docentes para o jugo das autarquias.

É grave, lamentável e triste que V.

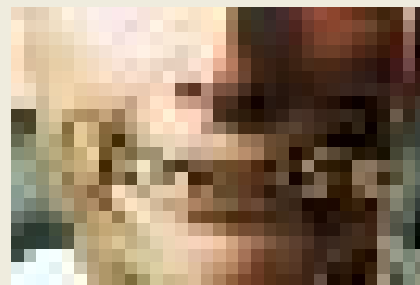
Ex.^a não tenha aproveitado a oportunidade e o espaço mediático para criticar o Governo em funções, como os anteriores, por não apresentarem propostas para a regulamentação do artigo 63.º do Estatuto da Carreira Docente (ECD). Segundo esse artigo, os professores colocados em zonas isoladas e desfavorecidas têm direito a um conjunto de incentivos (e não apenas pecuniários) que correspondendo, de facto, a uma discriminação positiva deveria promover a fixação dos professores e educadores nos concelhos mais desfavorecidos e isolados do país. Por exemplo, a bonificação do seu tempo de serviço; a garantia de ingresso no quadro ao fim de 3 ou 4 anos de serviço continuado nesses concelhos; a garantia de residência para casais jovens; são apenas algumas medidas que poderiam ser tomadas para garantir um corpo docente estável no concelho da Pampilhosa da Serra, como em outros do interior do país.

Só que aquele artigo 63.º do ECD, que consta na lei desde 1990, deveria ter sido regulamentado no prazo de 180 dias e ainda não foi apesar de já terem passado 12 anos. O SPRC, no âmbito da FENPROF, tem insistido nessa regulamentação junto dos diversos responsáveis do Ministério da Educação e apresentado propostas concretas. Porém, não encontrou, de nenhum Governo, a coragem política necessária para tomar a iniciativa indispensável..

Senhor Presidente

O SPRC está disposto e disponível para debater com V. Ex.^a este problema. Estamos disponíveis para, se necessário na Pampilhosa da Serra e em conjunto com a autarquia, desenvolver uma iniciativa de reflexão e debate sobre este problema da instabilidade do corpo docente no interior, com o objectivo de construirmos em conjunto propostas que permitam solucionar o problema.

Porém, senhor Presidente, não podemos aceitar e repudiamos que considere fraudulentos e vigaristas 98% dos professores (49 em 50, como refere) e que afirme publicamente que se estão borrifando para os alunos. Que me desculpe V. Ex.^a, mas aquilo que disse é tão grave e injusto para os professores que merecia da sua parte o indispensável pedido de desculpas.



É pena, lamentável e triste que V. Ex.^a em vez de procurar as verdadeiras razões que levam à não fixação dos professores no concelho da Pampilhosa da Serra prefira acusar os docentes de fraudulentos, vigaristas e irresponsáveis (atitude implícita na acusação de se estarem “borrifando”).

NOTA: Uma vez que vários professores manifestaram a sua indignação face às declarações de V. Ex.^a, o SPRC enviará cópia desta carta para todos os estabelecimentos de ensino e educação do concelho da Pampilhosa da Serra, bem como para a comunicação social sediada em Coimbra.



FORUM ESTUDANTE JUVENTUDE 2002

O VII Fórum Estudante/Juventude' 2002, realiza-se este ano entre 10 e 14 de Dezembro no Pavilhão 4 da FIL, no Parque das Nações.

Sendo uma importante manifestação de divulgação do ensino/formação e a maior Feira da Juventude em Portugal, foi criado a pensar nas escolhas que os estudantes têm de fazer em relação ao seu futuro escolar e profissional. É, sem dúvida, uma importante iniciativa que na última edição contou com 70.000 visitantes e 200 expositores.

Informações:

CUPAV

Estrada da Torre, 26 - 1769-014

Lisboa

Tel./FAX: 217 577 424 / 217 579 188

E-Mail: infoforum@infoforum.pt



VII Curso Intensivo de Desenvolvimento (0 - 5 anos)

Organização: ANIP

Colaboração: Centro de Desenvolvimento da Criança e Projecto Integrado de Intervenção Precoce

Irá decorrer nos próximos dias 12 e 13 de Dezembro, no Auditório do Hospital dos Covões, em Coimbra, o VI Curso Intensivo de Desenvolvimento (0 - 5 anos), organizado pela Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP). Do programa constam as seguintes sessões: Desenvolvimento Psicomotor; Diferentes Áreas do Desenvolvimento; Factores de Risco em Desenvolvimento; Desenvolvim-

ento Normal dos 0 aos 5 anos (áreas motoras); Linguagem; Autonomia e Interacção Social; Sinais de Alarme; Síndrome de Down (perfil evolutivo e aspectos específicos do acompanhamento destas crianças); "Schedule of Growing Skills 2" - apresentação de uma escala (materiais, folhas de registo e perfil; Diferentes Áreas da Escala (postura activa; postura passiva; locomoção; manipulação; visão; compreensão; expressão; interacção social; autonomia); Avaliação do Desenvolvimento (apresentação de um vídeo).

Inscrição: Associação Nacional de Intervenção Precoce - Av. Dr. Bis-saya Barreto (Hospital Pediátrico de Coimbra - Pavilhão 4) - 3000 - 075 COIMBRA;

INFORMAÇÕES

Telefone: 239480630; 239483288;

FAX: 239481309; E-Mail: anip.

sede@iol.pt

Visitas Guiadas ao Museu José Malhoa (Caldas da Rainha)

O Serviço Educativo do Museu de José Malhoa comunica a todos os interessados a sua disponibilidade para atender grupos diversificados de visitantes:

Visitas guiadas

Marcação com oito dias de antecedência, até 25 elementos, por grupo.

Os temas respeitam directamente à temática do Museu, segundo os interesses específicos do grupo e a natureza das exposições permanentes e temporárias.

Tópicos da exposição permanente

- Ver uma pintura
- Ver uma escultura (Público alvo: 6 aos 10 anos)
- O Retrato
- A paisagem (Público alvo: 10 aos 15 anos)

• O Naturalismo em Portugal, no século XIX e XX

• O Retrato e a Paisagem, na pintura naturalista portuguesa

• José Malhoa, pintor naturalista

• A Escultura em Portugal, nos séculos XIX e XX

• Os Retratos e os Retratos, na escultura do Estado-Novo (Público alvo: a partir dos 15 anos)

Preparação de visitas

Ações dirigidas a professores e educadores, para orientação própria dos seus grupos, em visitas livres. Calendário: Novembro 2002 - Setembro 2003



prévias, podendo ajustar-se os horários, dentro do horário de abertura ao público do Museu, das 10 às 12.30 e das 14 às 17 horas.

Contacto: Serviço Educativo
Tel. 262 - 831984
Dr.ª Conceição Colaço

De Terça a Sexta-feira, com inscrições



FUTUREKIDS — Descontos nas mensalidades dos Cursos de Regime Anual (currículo anual de Informática ou Inglês ou Robótica, ou opções combinadas).

Desconto – 50% sobre o valor de inscrição, não podendo o seu valor ser inferior a 15,26€. Cursos Regime Anual

	6 – 12 Alunos	13 – 20 Alunos	> 20 Alunos	Preço no centro Futurekids
Informática	45,67€	44,40€	46,13€	50,85€
Robótica	45,67€	44,40€	43,13€	50,85€
Inglês	45,67€	44,40€	43,13€	50,85€
Inf+Rob	86,25€	85,03€	83,81€	94,07€
Inf+Ing	86,25€	85,03€	83,81€	94,07€
Rob+Ing	86,25€	85,03€	83,81€	94,07€
Inf+Rob+Ing	126,83€	125,61€	124,61€	136,02€



Cursos Regime Flexível

• Cursos de Férias

Curriculum: Desconto de 10% em relação ao preço praticado no centro Futurekids.

• A Escola do FUTURO (para Professores)

Curriculum: Desconto de 20% a pronto pagamento e de 15% no pagamento em

duas prestações em relação ao preço praticado no centro Futurekids.

• A Empresa do Futuro (para Adultos)

Curriculum: Desconto de 15% a pronto pagamento e de 10% no pagamento em duas prestações em relação ao preço

praticado no centro Futurekids.

• Um Dia no Século XXI (para Idosos)

Curriculum: Desconto de 15% a pronto pagamento e de 10% no pagamento em duas prestações ao preço praticado no



PRAIAGOLF HOTEL

Espinho

– 30% de desconto sobre tarifas de balcão

TARIFAS DE BALCÃO

2002/2003

01/11/2002 a 31/03/2003

Quarto Individual	€ 102
Quarto Duplo	€ 115
Suite	€ 185
Cama Extra	€ 25
Suplemento Vista-Mar	€ 17,50

01/04/2003 a 31/10/2003

Quarto Individual	€ 126
Quarto Duplo	€ 139
Suite	€ 210
Cama Extra	€ 25
Suplemento Vista-Mar	€ 22,50

Os preços incluem Pequeno-Almoço Buffet no restaurante ou Continental no quarto.

Rainha D. Amélia ***

HOTEL RAINHA D. AMÉLIA

Castelo Branco

– desconto 30% sobre tarifas de balcão

TARIFAS DE BALCÃO

01/11/2002 a 31/05/2003

Quarto Single	€ 61,00
Quarto Duplo	€ 74,50

01/06/2003 a 31/10/2003

Quarto Single	€ 59,50
Quarto Duplo	€ 72,50

No entanto somos a informar que este desconto não é válido para as épocas festivas de Carnaval, Páscoa, Natal e Fim de Ano.

Temos o prazer de relembrar a nossa Promoção Especial para Individuais que desde que seja referida na vossa brochura, será também extensiva aos vossos associados:

Package 1 – (3 Noites)	Package 2 – (4 Noites)
Single 100,50€	Single 133,50€
Duplo 57,00€	Duplo 74,50€
3. ^a	3. ^a
Pessoa 34,50€	Pessoa 43,70€

PROFESSORES APOSENTADOS REÚ-NEM EM ENCONTRO/PLENÁRIO

■ O Sindicato dos Professores da Região Centro vai realizar mais um Encontro/Plenário dos Professores Aposentados. Atendendo a que no nosso país se está a viver uma situação de incertezas, e diria, quase “do vale tudo” - o que hoje está certo e seguro amanhã já não sabemos se o estará - é ocasião de mais uma vez nos juntarmos para reflectir. Se nós, os aposentados, consideramos a nossa situação de reforma, segura e estável, se consideramos que os direitos adquiridos são irreversíveis, talvez não devamos adormecer à sombra das conquistas alcançadas com tanta luta. O Poder pode enganar. Nesta ânsia feroz, de atender mais aos números e menos às pessoas, não sabemos o que poderá passar por certas “cabeças iluminadas” que dizem governar-nos. vendo o que se tem passado nos vários sectores da vida nacional, há que pensar se também nos virá a tocar a vez. Não devemos ficar apáticos. Devemos também ser solidários com as lutas dos nossos colegas do activo. Devemos alertá-los e incentivá-los, pois o que hoje conquistarem será mais valia após o período activo.

Para reflectir, e para pensar, há que nos encontrarmos, e é isso que o SPRC, no Encontro de Professores Aposentados. A realizar em Leiria, no dia 28 de Novembro próximo, vai fazer.

Os colegas interessados em participar deverão estar atentos à caixa do correio, pois seguirá o programa mais detalhado bem como a respectiva ficha de inscrição. Apenas, para “aguçar” um pouco a vontade da inscrição, informamos que há visitas interessantes a dois museus e a uma fábrica de vidro.

O almoço é num restaurante que a avaliar também pela paisagem envolvente, deverá ser bastante agradável. Como os colegas já devem ter verificado o Encontro será algures entre Leiria e Marinha Grande (incluída).

Inscreva-se e participe. Aguardamos por si.

O Departamento de Professores Aposentados

Programa

- 10h30 - Concentração - Parque de estacionamento junto ao Mercado Municipal de Leiria (junto ao rio)
- 11h00 - Visita à **Casa Museu João Soares** (Cortes)
- Exposição Permanente Sobre a República**
- 12h00 - **Plenário de Professores Aposentados**
- 13h00 - Almoço no Restaurante **“Moinho do Rouco”** (Cortes)
- 15h00 - Visita à Fábrica de Vidro **“Jasmim”**
- 16h30 - Visita ao **Museu do Vidro** (Marinha Grande)

EMENTAS — 15€ por pessoa

PEIXE • Bacalhau à Zé do Moinho

(Bacalhau às lascas na caçarola com cebolada, camarão, puré de batata e bechamel - vai ao forno)

CARNES • Carré de porco

(lombo com osso, batata assada, castanha assada e nabiças)

A ementa inclui: Entradas, Prato, Doce ou Fruta, Vinho da Casa (Branco ou Tinto) e Café.



ALTERAÇÃO À LEI DE BASES DA SEGURANÇA SOCIAL PREOCUPA PROFESSORES APOSENTADOS

■ No passado dia 17 de Outubro reuniu o Departamento da Coordenação Nacional dos Professores Aposentados da FENPROF. O SPRC esteve representado por dois dos seus elementos - Jorge Pinto dos Santos e Maria Antónia Lourenço.

Dirigida pelo Coordenador Nacional Mário David Soares foram analisadas as situações e problemas com que ainda se debatem os Professores Aposentados.

Assim, foram analisadas situações como as decorrentes da aplicação da actual Lei de Bases da Segurança Social. Foi focada também a existência de alguns casos que não foram contemplados pela lei 39/99, e que a sua não

resolução é uma situação injusta para os professores afectados. Decidiu-se estudar os caminhos a seguir para satisfazer esta situação. A Coordenação decidiu também que as reuniões deste departamento da FENPROF iriam realizar-se com uma frequência de duas por ano, e também sempre que houvesse necessidade. A próxima reunião ficou marcada para Janeiro de 2003.

A parte final da reunião foi preenchida com a transmissão, pelos vários sindicatos, das actividades desenvolvidas nas suas regiões. Foi também referido, por alguns sindicatos, certas dificuldades que se prendem com a insularidade e desertificação.

NÃO DURMAM PROFESSORES

■ Há pouco mais de um ano, num jardim de Curitiba, um monumento ostentava esta sábia inscrição:

«Temos todos nós por acção ou omissão, estímulo ou incompreensão, responsabilidade dos factos da História», Teotónio Vilzela

Apesar de, desde longa data, ser este o meu sentir, a inscrição ocorre-me amiudadas vezes e, muito particularmente, nos últimos tempos perante a

política agressiva e atentatória aos nossos interesses dum Governo que quer fazer regressar ao passado conquistas e regalias laboriosamente alcançadas.

Quer queiramos quer não, o nosso comportamento de indiferença, de passividade, de contestação ou de luta empenhada, vai reflectir-se na legislação que está na forja deste Governo retrógrado e inimigo dos trabalhadores. Todos seremos responsáveis pelo que de bom ou de mau se vier a legislar.

Por isso, será bom que ninguém fique indiferente face às alterações ao Código Laboral, à Lei de Bases da Segurança Social, à Lei de Bases do Sistema Educativo que o Governo se propõe aprovar.

Não durmam os professores.

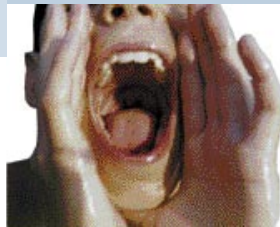
Se tais propósitos forem introduzidos na legislação bem podemos esperar, num futuro próximo, por maior instabilidade profissional e por situações mais gravosas que atinjam estatuto, salários e pensões.

Com leis destas nenhum trabalhador terá direito à segurança e respectiva qualidade de vida.

Manifestemos também a nossa indignação pela superficialidade, falta de rigor e até desonestidade com que Governantes deste País tratam questões tão importantes como as que dizem respeito ao ensino. Exemplo recente, a avaliação feita às escolas do Ensino Secundário em que se escamoteiam as verdadeiras razões do sucesso ou do insucesso, se viram escolas contra escolas, professores contra professores e se desvia a atenção dos problemas de fundo fixando-a em aspectos de menor importância ou que desvirtuam mesmo a realidade.

Graça Pedrosa

**«Temos todos nós por acção ou omissão, estímulo ou incompreensão, responsabilidade dos factos da História»,
Teotónio Vilzela**



DA EDUCAÇÃO E DO GOVERNO

■ A Sr.^a Secretária de Estado da Educação, Mariana Cascais, que, teimosamente, teima em ir à Assembleia da República tentar mostrar sapiência, tem acabado sempre por ser vítima do seu próprio discurso. De facto, além do facto, felizmente não consumado, de uma miragem em forma de religião oficial, ousa parecer não querer que se distinga o bem do mal quando se desculpa com a falta de traquejo parlamentar, mas não se retratando, em absoluto, ao produzir peremptórias asserções impensáveis no lugar que ocupa. Diz, então, entender que os homens e as mulheres que garantem o processo de ensino-aprendizagem com milhares de crianças e jovens não entendem daquilo que a Sr.^a Secretária de Estado julga entender, pois, no seu juízo, não têm ética em matéria de educação sexual - num Estado laico, o perdão não é, certamente, figura que a sociedade civil, inevitavelmente, conceda.

A Sr.^a Secretária de Estado, na sua última ida ao parlamento, queria, eventualmente, dizer que não há princípios de natureza humana diversa, social e educativa, quando se assumem medidas que impossibilitam a formação pretendida do aluno - recorde-se apenas a persistência em convencer a população de que turmas com 26 alunos são aceitáveis ou desejáveis (os que participam, directamente, no acto educativo certamente que não se impressionam com números cabalísticos de argumentação economicista, pois, na sala de aula, conhecem bem as dificuldades provocadas por tais ditames); recorde-se também o perpetuado uso de professores e educadores infinitamente contratados (não é, certamente, por vontade dos alunos, dos pais ou dos próprios docentes, nem por fundamentação pedagógica); recorde-se ainda o estrangulado crédito global de horas, impossibilitando o desenvolvimento de projectos curriculares e os apoios educativos necessários (os alunos sabem bem "com que linhas se cosem", pois o apoio pedagógico acrescido ficará adiado e as ofertas curriculares dependerão, na sua tipologia, de factores de contenção).

Não é a Sr.^a Secretária a parte que se

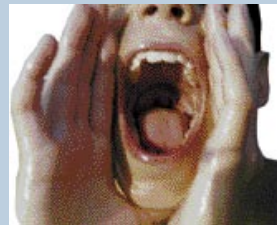
deva destacar de um governo, mas apenas o pormenor a mais numa governação que teima em pôr o país "à beira de um ataque de nervos". É óbvio que, em casos de falta de respeito para com os trabalhadores, os detentores de cargos públicos devem reparar o dano e demitir-se. Sendo assim, parece-me ainda mais óbvio que, numa retirada geral, acompanhe a Sr.^a Secretária de Estado todo o Governo, que tem feito aquilo que muitos não imaginavam, mas também muitos já previam.

Verdade é que numa primeira oportunidade se causa uma primeira impressão, mas como não há duas sem três não nos admiremos com as que se seguirão. Os lapsos aparentes não são mais do que convicções consubstanciadas nos actos legislativos que se atrevem na punição de quem trabalha. Não há, no momento presente, secretários e seus ministros que não sejam membros de um governo absolutamente competente na aplicação de políticas de direita. De facto, compete-lhe retirar direitos e arriscar incertezas nas prestações sociais dos que vivem do seu ofício, favorecendo o conceito de produtividade na perspectiva de quem detém o capital e assumindo-se como o braço musculado do Estado.

A História tem provado que a competência para destruir as condições sociais e económicas de vida é própria de quem governa como os que nos governam. Não há nada a esconder, está tudo claríssimo.

Para que a Educação permita entender o futuro que se pretende, o presente das relações laborais tem que ser sustentado numa luta decidida e firme pela defesa de direitos já garantidos e conquista daqueles que ainda é necessário alcançar. Unidos venceremos o confronto que um governo obstinado insiste em criar.

Vítor Januário
Dirigente do SPRC



SOLIDARIEDADE COM PROFESSORES EM GREVE

■ Venho por este meio manifestar a minha solidariedade com a jornada de luta em defesa dos direitos de todos os educadores e professores portugueses, concretizada pela iniciativa de greve no dia 30 de Outubro de 2002.

Em virtude de me encontrar de licença sabática é-me vedada a possibilidade de aderir à referida greve, por isso, tomei a decisão de prescindir de um dia do meu vencimento remetendo para o Sindicato dos Professores da Região Centro um cheque com a respectiva quantia como gesto simbólico de adesão à causa que nos deve unir todos: a luta por um sistema educativo mais justo, mais universal, que constitua a base de uma democracia moderna.

Com os melhores cumprimentos,

Figueira da Foz, 30 de Outubro de 2002

Sérgio Augusto dos Santos Nogueira

(Prof. do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola EB 2,3 Dr. João de Barros,

O FEIO VÍCIO DE APONTAR O DEDO

■ Os docentes portugueses têm razões para andarem zangados com o Governo e com os governantes. Não apenas pelas que trazem (quase) todos os portugueses zangados com governantes como Bagão Félix, que pretende retirar importantes direitos aos trabalhadores, ou Ferreira Leite que projecta reduzir-lhes os salários e as pensões de aposentação, ou mesmo Paulo Portas que continua debaixo de todas as suspeitas. Mais do que isso!

Os docentes portugueses andam fartos de ouvir repetidas afirmações de governantes que, para além de deixarem explícito o seu pensamento sobre os professores e educadores, contribuem (é claro que propositalmente) para a desvalorização da sua imagem e do seu prestígio profissional e

social.

O primeiro-ministro abriu o ano lectivo e as hostilidades ao afirmar, em 16 de Setembro, perante o desespero de milhares de docentes desempregados, que o Ministério da Educação não era nenhuma agência de emprego. Ou seja, por outras palavras lá foi dizendo nada ter a ver com o drama social vivido por milhares de famílias de jovens professores e, por isso, melhor será que batam a outra porta...

O ministro da Educação já por várias vezes deu a conhecer, também, as suas opiniões. Começou por dizer que a resolução dos problemas da Educação passava por poder ele escolher os professores e por os sujeitar a uma duríssima avaliação. Admitiu, a seguir, que municipalizar tudo, incluindo os professores no pacote, seria talvez o melhor caminho. Informou os educadores que se servissem refeições não lhes cairiam os parentes na lama. Acabou a comparar o salário dos professores ao dos técnicos de segunda para concluir que a classe docente é bem paga.

Também o ministro Pedro Lynce, que tutela o Ensino Superior, decidiu não deixar os remoques por boca alheia e veio dizer que o ensino superior pode melhorar e elevar a qualidade com menos dinheiro. Não explicou como é isso possível num sector onde só abunda a falta de meios, onde são canceladas aulas por carência de materiais e onde não se sabe ao certo se há dinheiro para pagar vencimentos até ao fim do ano... mas deixou implícita a ideia de termos um ensino superior que só não faz melhor por manifesta má gestão de recursos, despesista e desqualificada, responsabilidade que não pode ser assacada a outros que não sejam os órgãos das universidades e dos politécnicos.

Mas até a secretária de estado da Educação quis molhar a sopa e vai de afirmar, em plena Assembleia da República, que os professores não podem ser os responsáveis pela educação sexual nas escolas pois falta-lhes ética...

Em jeito de desafio David Justino já em tempos informara os professores, pela comunicação social, não serem eles os donos

das escolas. Aliás, pela forma como ameaçou transferir competências para as autarquias deu a ideia que admitia transformar os autarcas nos donos dos estabelecimentos. Mas não, soube-se agora que não. Afinal o ministro quer alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo também para possibilitar a entrega da gestão das escolas a entidades privadas profissionais, ou seja, para arranjar donos a sério para as escolas.

Infere-se, de tudo o que fica dito, que o actual ministro, o actual governo e a actual maioria acham mesmo que os professores são um dos vértices dos males da Educação que só encontrarão cura se estes, não sendo donos, aceitarem ser empregados prestáveis e subservientes de um qualquer operador privado, destituídos de sentido crítico e de atitude reflexiva, num quadro de grande(s) dependência(s) hierárquica(s).

Enquanto a tacanhez dos nossos governantes continuar a negar à escola e aos professores a autonomia e a dignidade que lhes são devidas e enquanto as políticas educativas continuarem a ser branqueadas e os seus responsáveis ilibados das responsabilidades, estaremos mal, muito mal na Educação. E é muito pouco imaginativo continuar a querer disfarçar a falta de projectos e de investimento com o apontar de dedo acusador aos que têm sido o verdadeiro suporte do espaço-escola: os professores e educadores.

É tempo de voltar a recordar aos governantes que devem respeito à Educação e aos seus protagonistas, onde se contam os professores. É tempo de voltar a dizer-lhes que por muito cara que achem a Educação, nunca se devem deixar tentar pelo preço de saldo em que fica a ignorância. Isto porque, diz-nos a experiência, o que em Educação sai hoje barato tem um custo muito elevado no futuro das sociedades. É esse elevado custo da poupança que estamos hoje a pagar.

Mário Nogueira
Coordenador do SPRC

CONGRESSO MUNDIAL DE PEDAGOGIA

PROGRAMA DE VIAGEM

01 FEV. VIGO/MADRID/HAVANA
Partida de Vigo no voo IB 575 às 14.55 com chegada a Madrid às 16.00. Mudança para o voo IB 570 com partida às 17.00 e chegada a Havana às 20.45.
Transporte para o hotel escolhido. Instalação e alojamento.

02 FEV. A 07 FEVEREIRO - HAVANA
Estada no hotel no regime de alojamento e pequeno almoço.
Transporte para o local do congresso. Dias livres para participação no Congresso Mundial de Pedagogia.

08 FEV. HAVANA/MADRID
Pequeno almoço no hotel.
Em hora a definir localmente, transporte para o aeroporto. Embarque no voo IB 6622 com partida às 23.10 e chegada a Madrid às 13.55 do dia seguinte.

09 FEV. MADRID/VIGO
Duas horas depois, às 15.55, embarque no voo IB 570 para efectuar o percurso de Madrid para Vigo com chegada prevista às 17.05.

PREÇOS:

Por Pessoa em Quarto Duplo
Em Quarto Individual

HOTEL PLAZA (4*)

1.220 euros

1.390 euros

HOTEL COPACABANA (4*)

1.195 “

1.260 “
HOTEL RIVIERA (4*)

1.250 “

1.415 “
HOTEL COMODORO (4*)

1.180 “

1.295 “

OS PREÇOS INCLUEM :

- passagem aérea para o percurso mencionado no programa;
- 07 noites no regime de alojamento e pequeno almoço no hotel escolhido;
- transferes do aeroporto para o hotel e vice-versa;
- transferes para as sessões de trabalho;
- assistência por pessoal especializado;
- seguro e bolsa de viagem.

OS PREÇOS NÃO INCLUEM :

- vistos;
- taxas de aeroporto (aproximadamente 20 euros);
- em geral, tudo o que não esteja especificado como incluído no programa.

PROGRAMA DE VIAGEM - 2

30 JAN. VIGO/MADRID/HABANA/ VARADERO

Partida de Vigo no voo ib 575 com partida às 14.55 e chegada a Madrid às 16.00. Desembarque e partida imediata no voo ib 6621 com partida às 17.00 e chegada prevista a Habana às 20.25.

Transfer imediato para Varadero com

a duração prevista de uma hora. Instalação no Hotel Sol Elite Palmeras. Jantar.

31 JAN. VARADERO/TRINIDAD

Pequeno almoço no hotel.
Visita à região, incluindo a cidade de Varadero. Almoço à tarde, em hora a determinar no local, transporte para Trinidad. Instalação no Hotel Brisas. Jantar.

01 FEV. TRINIDAD/PINAR DEL RIO PEQUENO

Almoço no hotel. Visita da cidade de Trinidad. Almoço no hotel em hora a determinar, prosseguimento da viagem para Pinar del Rio. Instalação no Hotel Los Jazmines.

002 FEV. PINAR DEL RIO/HAVANA PEQUENO

Almoço no hotel. Visita alargada à cidade. posteriormente, transporte em direcção a Havana. Instalação no hotel escolhido. Continuação dos serviços em conformidade com o programa base de participação ao Congresso Mundial de Pedagogia.
Nota- este circuito será efectuado em minibus.

Preço - por pessoa em duplo — 410 euros (a acrescentar ao programa base)
individual — 495 euros
Importante - o preço médio para a viagem Porto/Madrid/Porto será de aproximadamente e a reconfirmar de 28 euros.



CONGRESSO MUNDIAL DE PEDAGOGÍA 2003, “ENCONTRO PELA UNIDADE DOS EDUCADORES ”

PALÁCIO DE CONVENÇÕES DA CIDADE DE HAVANA - CUBA
3 A 7 DE FEVEREIRO 2003.

■ O novo século começou para os povos do mundo e particularmente para América Latina e Caraíbas num contexto de dramáticas condições económicas e políticas. A situação coloca a educação num lugar principal, como suporte fundamental para impulsionar o desenvolvimento sócio- económico das nações.

O evento Pedagogia 2003 será um espaço excepcional para reflectir e

debater diferentes temas relacionados com a educação e também aproveitar a oportunidade para o intercâmbio de conhecimentos e experiências que permitam valorar estratégias e alternativas educacionais mais integradoras e cooperativas.

Pela importância deste diálogo entre educadores, principais actores que têm nas suas mãos a formação das novas gerações, a sua presença e activa par-

ticipação contribuirá para o êxito deste grande evento.

O Congresso contará com o auspício da UNESCO, da UNICEF, da OEI, do Conveio Andrés Bello, da CEA (Confederação de Educadores da América), da AELAC (Associação de Educadores da América Latina e o Caraíbas) e da ATEI (Associação de Televisão Ibero-Americana).

AS TEMÁTICAS DO CONGRESSO ESTARÃO REFERIDAS A:

- Vigência do pensamento pedagógico e humanista de José Martí no 150.º Aniversário do seu nascimento.

- A globalização neoliberal e o impacto nos sistemas educativos. Como enfrentá-los?

- Educação e cultura geral e integral: binómio para enfrentar os problemas da humanidade.

- A educação para os valores como núcleo central na formação da personalidade, dos valores éticos, da língua materna, da história, da arte, do património e da identidade nacional.

- Educação para a paz: da teoria à prática.

- O envolvimento sócio-cultural e o trabalho das instituições educativas: papel do trabalho social no aperfeiçoamento da gestão educacional.

- A escola como centro cultural: abertura e interacção com a família e a comunidade.

- Os programas educativos para o apoio integral à infância dos zero aos seis anos: participação principal da família e da comunidade.

- Alternativas de desenvolvimento que propiciem maior êxito das crianças na educação primária. Escola rural e urbana, iguais ou diferentes?

- O apoio integral às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educativas especiais: um desafio da pedagogia actual.

- Características e necessidades formativas dos adolescentes: transformações requeridas para uma educação secundária e equidade para todos.

- Aperfeiçoamento da actividade educativa do docente na formação dos jovens educandos.

- Competência, cultura e compromisso social na formação dos trabalhadores e técnicos qualificados.

- Universalização das universidades: desafios e exigências da nova era do conhecimento.

- As universidades pedagógicas na melhoria dos sistemas educativos: alternativas renovadoras na formação permanente de docentes competentes.

- Alfabetização e pós-alfabetização dos jovens e adultos como passo inicial no desenvolvimento educativo e cultural dos povos.

- Instrução, educação e desenvolvimento - pilares na aprendizagem e formação integral das novas gerações.

- Pluralismo linguístico, cultura e convivência multi-étnica, prioridade da educação indígena.

- A utilização das tecnologias da informação e da comunicação na educação - aspiração e realidade.

- O uso e impacto da televisão. o vídeo e o software na escola como vias para o fortalecimento da identidade cultural e a melhoria dos níveis de vida dos povos.

- Valorização e o papel do livro no hábito e no amor pela leitura para elevar a cultura geral dos estudantes.

- Aperfeiçoamento da formação científica e ensino das ciências: necessidade impostergável.

- A educação física, o desporto e o lazer - Desenvolvimento e perspectivas.

- Divulgação e educação para a saúde no âmbito escolar: repto actual.

- Educação sexual, família, mulher e equidade de género - soluções pedagógicas ao serviço da sociedade.

- A educação ambiental das novas gerações: uma necessidade para o desenvolvimento sustentável.

- As ciências da educação e as pesquisas científicas na busca das soluções educacionais mais efectivas.

O evento Pedagogia 2003 será um espaço excepcional para reflectir e debater diferentes temas relacionados com a educação e também aproveitar a oportunidade para o intercâmbio de conhecimentos e experiências que permitam valorar estratégias e alternativas educacionais mais integradoras e cooperativas.

